FELIPE EPPRECHT DOUVERNY

***DIVUS MARCUS RESCRIPSIT: A MOTIVAÇÃO DOS RESCRITOS
DO IMPERADOR MARCO AURÉLIO***

(Tese de Doutorado)

ORIENTADOR: PROF. DR. HÉLCIO MACIEL FRANÇA MADEIRA

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo

2017

FELIPE EPPRECHT DOUVERNY

DIVUS MARCUS RESCRIPSIT: A MOTIVAÇÃO DOS RESCRITOS
DO IMPERADOR MARCO AURÉLIO

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor, na área de concentração em Direito Civil, sob a orientação do Prof. Dr. Hércio Maciel França Madeira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Douverny, Felipe Epprecht

Divus Marcus rescripsit: a motivação dos rescritos
do imperador Marco Aurélio / Felipe Epprecht
Douverny ; orientador Hécio Maciel França Madeira --
São Paulo, 2017.

239

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2017.

1. Direito Romano. 2. Constituições imperiais. 3.
Rescritos. 4. Motivação. 5. Argumentação jurídica. I.
Madeira, Hécio Maciel França, orient. II. Título.

Soli Deo Gloria

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que reina sobre todas as coisas e que me concedeu a graça de permanecer vivo para mais esta etapa. Que, de alguma forma misteriosa, este trabalho seja para o Reino.

A meus pais, Mara Cristina e Fernando, pelo amor constante, pelo dom da vida, pelo carinho, pela ternura que sinto sempre.

A minha amada Ivana, esposa e companheira de todas as horas, cuja paciência foi testada até altos limites nos últimos três anos de ansiedade, becos sem saída e incertezas acadêmicas, e que assumiu o fardo dos nossos três pequenos em muitas horas para que este trabalho chegasse ao fim. Que venham agora horas mais livres para apenas fitar teus belos olhos!

A minha família querida, que desde cedo me incentiva a leitura e me incutiu esse belo vício.

Aos que, nos últimos anos, tiveram a paciência de ouvir as divagações de um romanista sobre seu tema, o ajudaram com artigos desde as terras de Europa e aliviaram seu fardo de muitas maneiras, amigos, chefe e colegas de trabalho, meu muito obrigado.

Ao Helmut Steinwascher, pela amizade e ajuda na pesquisa.

Ao meu caro orientador, Prof. Dr. Hécio Madeira, pela oportunidade de continuar a carreira acadêmica e pela amizade desenvolvida nos últimos anos.

A sua esposa, Prof^a Eliane Madeira, minha querida orientadora dos tempos de graduação, lembrada sempre e sempre.

Dedico aos meus pequenos, Dudu, Pedrinho e Niko, encanto, alegria e suavidade.

DOUVERNY, Felipe Epprecht. *Divus Marcus rescripsit: a motivação dos rescritos do imperador Marco Aurélio*. 2017, 239p. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

A presente tese busca analisar a forma como o imperador Marco Aurélio fundamentava as decisões tomadas por meio de seus rescritos, respostas dadas às consultas que lhe eram endereçadas por particulares, magistrados, funcionários, corporações e comunidades citadinas. Após expor a origem e funcionamento da prática dos rescritos imperiais e discutir o fundamento de sua força normativa, assim como a forma pela qual se tornavam fonte do direito, o trabalho esboça uma espécie de teoria geral da motivação das decisões na experiência jurídica romana e apresenta uma tipologia dos argumentos empregados por Marco Aurélio em seus rescritos. A análise das fontes selecionadas permite entrever uma rica gama de formas de raciocínio, em que sobressaem as considerações de ordem utilitária e benevolente, correspondentes à concepção do bom *princeps* que se deseja apresentar aos habitantes do império e destinatários das decisões.

Palavras-chave: Rescritos; Marco Aurélio; Motivação das decisões; argumentação jurídica.

DOUVERNY, Felipe Epprecht. *Divus Marcus rescripts: the justification of the rescripts of emperor Marcus Aurelius*. 2017, 239p. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

This thesis seeks to show the way in which the emperor Marcus Aurelius justified the decisions taken through his rescripts, answers given to consultations made by private citizens, magistrates, officials, corporations and cities. After exposing the origin and working of the imperial rescripts praxis and discussing the ground for its normative force, as well as the way in which they became a source of law, the work outlines a sort of general theory of justification of legal decisions in Roman experience and presents a typology of the arguments employed by Marcus Aurelius in his rescripts. The analysis of the selected sources allows us to capture a rich range of reasoning forms, among which stand out considerations of benevolent and utilitarian order, correspondent to the conception of the good *princeps* that is sought to be shown to the inhabitants of the empire and recipients of the decisions.

Keywords: Rescripts; Marcus Aurelius; Justification of legal decisions; legal reasoning.

DOUVERNY, Felipe Epprecht. *Divus Marcus rescripsit: la motivation des rescrits de l'empereur Marc Aurèle*. 239p. 2017. Doctorat – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2017.

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à examiner la manière par laquelle l'empereur Marc Aurèle justifiait les décisions prises dans ses rescrits, réponses données aux consultations formulées par des citoyens privés, magistrats, fonctionnaires, corporations et communautés citadines. Après exposer l'origine et le fonctionnement de la pratique des rescrits impériaux et discuter le fondement de leur force normative, aussi bien que la manière par laquelle ils devenaient source du droit, le travail esquisse une sorte de théorie générale de la motivation des décisions dans l'expérience juridique romaine et présente une typologie des arguments employés par Marc Aurèle dans ses rescrits. L'analyse des sources choisies permet d'entrevoir une riche gamme de formes de raisonnement, parmi lesquelles excellent les considérations d'ordre utilitaire et bienveillant, qui correspondent à la conception de bon *princeps* qui se veut présenter aux habitants de l'empire et destinataires des décisions.

Mots-clés: Rescrits; Marc Aurèle; Motivation des décisions; Argumentation juridique.

PRINCIPAIS ABREVIATURAS*

AHDE = *Anuario de historia del derecho español* (Madrid)
ANRW = *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* (Berlin-New York)
BIDR = *Bulletino dell'Istituto di diritto romano "Vittorio Scialoja"* (Roma)
DS = *Daremberg. Ch., Saglio E. (org.), Dictionnaire des antiquités grecques et romaines* (Paris)
Hermes = *Hermes. Zeitschrift für klassische Philologie* (Berlin)
INDEX = *Index. Quaderni camerti di studi romanistici* (Camerino)
IURA = *Iura. Rivista Internazionale di diritto romano e antico* (Napoli)
JRS = *The Journal of Roman Studies* (London)
Labeo = *Labeo. Rassegna di diritto romano* (Napoli)
MEFRA = *Mélanges de l'École Française de Rome* (Roma)
NDI = *Nuovo Digesto Italiano* (Torino)
NNDI = *Novissimo Digesto Italiano* (Torino)
RE = *Pauly-Wissowa. Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft* (Stuttgart)
RIDA = *Revue Internationale des droits de l'antiquité* (Bruxelles)
SDHI = *Studia et documenta historiae et iuris* (Roma)
TR = *Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis. Revue d'histoire du droit. The legal history review* (Leiden)
SZ = *Zeitschrift der Savigny Stiftung für Rechtsgeschichte – Romanistische Abteilung* (Weimar)

* Para o Livro I do Digesto, utilizou-se a tradução de H.M.F. MADEIRA, *Digesto de Justiniano – Liber Primus: Introdução ao Direito Romano*, 4ª ed., São Paulo, RT, 2009; para as Institutas de Gaio e Justiniano, a tradução de A.CORRÊA - G. SCIASCIA, *Manual de Direito Romano: Institutas de Gaio e de Justiniano vertidas para o português, em confronto com o texto latino*, vol.2, São Paulo, Saraiva, 1951; para as Regras de Ulpiano (*Ulpiani Epitome*) a tradução de G. SCIASCIA, *Regras de Ulpiano – Ulpiani Liber Singularis Regularum*, Bauru, EDIPRO, 2002; para as Meditações de Marco Aurélio, a tradução de J. R. SEABRA FILHO, *Meditações ou Pensamentos para mim mesmo*, Belo Horizonte, Nova Acrópole, 2016; para a História Augusta, a tradução de C. A. TEIXEIRA, J. L. BRANDÃO e N. S. RODRIGUES, *História Augusta. Volume I*, São Paulo-Coimbra, Annablume-IUC, 2012. As demais traduções são de nossa lavra e, nos casos específicos em que não o forem, haverá menção expressa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1. OS RESCRITOS COMO FONTE DE DIREITO	12
1.1. A PRÁTICA DOS RESCRITOS IMPERIAIS	12
1.1.1. ORIGENS HISTÓRICAS.....	12
1.1.2. PROCEDIMENTO	30
1.2. A FORÇA NORMATIVA DOS RESCRITOS.....	44
2. A MOTIVAÇÃO DOS RESCRITOS DE MARCO AURÉLIO.....	59
2.1. A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES NO DIREITO ROMANO.....	59
2.1.1. JUÍZES	59
2.1.2. PRETORES.....	62
2.1.3. JURISTAS	63
2.1.4. IMPERADORES	69
2.2. A SELEÇÃO DAS FONTES.....	75
2.3. TIPOLOGIA DAS MOTIVAÇÕES.....	81
2.3.1. <i>DISTINCTIO</i>	86
2.3.2. <i>REGULA</i>	94
2.3.3. <i>SENTENTIA LEGIS E SENTENTIA IURIS AUCTORUM</i>	114
2.3.4. <i>VOLUNTAS</i>	118
2.3.5. <i>COMMODUM E UTILITAS</i>	130
2.3.6. <i>UTILITAS PUBLICA</i>	146
2.3.7. <i>BENIGNA INTERPRETATIO</i>	162
2.3.8. <i>AEQUITAS</i>	165
2.3.9. <i>HUMANITAS</i>	172
3. CONCLUSÃO.....	199
4. BIBLIOGRAFIA	205
5. ÍNDICE DE AUTORES	227
6. ÍNDICE DE FONTES	230

INTRODUÇÃO

A motivação das sentenças judiciais, segundo a doutrina que trata do tema, cumpre duas grandes funções dentro do ordenamento jurídico. Se, por um lado, é um instrumento técnico-jurídico que desempenha uma função endoprocessual, voltada para as partes litigantes e para as cortes recursais,¹ por outro, é também uma garantia política, pois o dever de motivar funciona como um fator de racionalidade das decisões, fazendo que a solução da controvérsia não seja fruto da arbitrariedade, mas da aplicação racional do direito, e permitindo um controle da atividade jurisdicional por toda a sociedade.²

Se, num primeiro momento da história legislativa do sistema romanístico,³ a obrigação de motivar as sentenças foi entrevista mais como uma garantia interna ao

¹ As funções endoprocessuais têm relação principalmente com a possibilidade de impugnação da sentença, sendo a motivação o que dá a conhecer as razões da decisão, com o que as partes podem discuti-las e o juízo *ad quem* apreciá-las. Além disso, a motivação, no aspecto interno, facilita o entendimento do próprio dispositivo da sentença e sua execução.

² M. TARUFFO, *La motivazione della sentenza civile*, Padova, Cedam, 1975, trad. port. de D. MITIDERO, R. ABREU e V. D. P. RAMOS, *A motivação da sentença civil*, São Paulo, Marcial Pons, 2015, pp. 317 e ss; J. L. C. ALVA, *Las funciones constitucionales del deber de motivar las decisiones judiciales*, disponível eletronicamente em perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/.../a_20141008_02.pdf. Acesso em 20/11/2016, pp. 2-4. Sobre a motivação das sentenças e suas funções, ver B. BISCOTTI, *Dispositivo e parte motiva nella sentenza: idee vecchie e nuove*, p. 4, disponível eletronicamente em https://www.academia.edu/4179128/DISPOSITIVO_E PARTE MOTIVA NELLA SENTENZA IDEE_VE CCHIE_E_NUOVE, acesso em 20/07/16; U. KISCHEL, *Die Begründung. Zur Erläuterung staatlicher Entscheidungen gegenüber dem Bürger*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2003, pp. 39 e ss; R. L. TUCCI, *Fundamentação (Direito Processual)*, in *Enciclopédia Saraiva do Direito* 39, pp. 144-147; R. L. TUCCI, *Motivação (Direito Processual)*, in *Enciclopédia Saraiva do Direito*, vol. 53, pp. 306-307, S. EVANGELISTA, *Motivazione della sentenza civile*, in *ED 27* (1977), pp. 154 e ss.

³ Para um perfil histórico da motivação das sentenças judiciais nos ordenamentos continentais e de *common law*, confira-se M. TARUFFO, *A motivação cit.*, pp. 276-300, que destaca como, embora já existissem nos ordenamentos romanísticos práticas isoladas de motivação, um dever propriamente dito surge apenas a partir da segunda metade do século XVIII, e como, na *common law*, a existência de uma prática constante e consolidada de motivar as sentenças explica o fato de que nem a jurisprudência nem o legislador tenham sentido a necessidade de impor uma regra expressa a respeito. Sobre o tema, confira-se também J. R. CRUZ E TUCCI, *A motivação da sentença no processo civil*, São Paulo, Saraiva, 1987, pp. 46 e ss, que tem o mérito de destacar como, na tradição do direito hispânico e lusitano não se acolheu a doutrina do direito comum, segundo a qual não era necessário *causam exprimere*, de modo que, tanto na Espanha quanto em Portugal, desde cedo, exigia-se que a sentença explicitasse as razões de decidir. É o que ocorre, por exemplo, com Afonso X (1254), no Fuero Real 2.13 (1254 – Afonso X), nas Flores de Las Leyes de Jacomo Ruiz, e nas Siete Partidas 3ª Partida 22.5. Em Portugal, o Livro das Leis e Posturas, p. 233, exige motivação, mas de modo tímido, assim como as Ord. Af. 3.69. As Ordenações Manuelinas trazem essa exigência de forma nítida (Ord. Man. 3. 50. 1 e Ord. Man. 3.50.6, que trata do problema das sentenças muito breves e impõem pena de multa ao juiz que não as fundamentar adequadamente ss), assim como as Filipinas. (Ord. Fil. 3.66.7.): “E para as partes saberem se lhes convém apelar, ou agravar as sentenças definitivas, ou vir com embargos a elas, e os Juizes da mor alçada entenderem melhor os fundamentos, por que os Juizes inferiores se movem a

processo judicial, com a irrupção do constitucionalismo democrático, passou a ser tida como parte do núcleo das garantias do devido processo legal, que buscam preservar os direitos fundamentais frente ao poder estatal, permitindo o controle de uma de suas atividades mais importantes, não apenas pelas partes ou pelos sujeitos diretamente envolvidos no processo, mas também pela sociedade, com o que se passou a dar maior enfoque à função extraprocessual da motivação.⁴

Assim é que, já nos anos 70, antes mesmo da constitucionalização do dever de motivar as decisões judiciais, J. C. BARBOSA MOREIRA, em seu estudo sobre o tema, chegava a afirmar que um estado de direito é um estado que se justifica, revelando como essa motivação se mostrava cada vez mais como um instrumento da democracia.⁵

Essa evolução histórica revela-se, de certa forma, no plano legislativo. No caso brasileiro, o dever de motivar se encontra previsto inicialmente nos Códigos de Processo⁶ e, mais tarde, em 1988, passa a ter status constitucional, figurando no inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal, segundo o qual devem ser fundamentadas todas as decisões judiciais, sob pena de nulidade.⁷

Mais recentemente, o Novo Código de Processo Civil, no §1º de seu artigo 489, buscou dar maior concreção ao mandamento constitucional, fixando diretrizes bastante rigorosas para os juízes no momento de motivar suas sentenças, a fim de que não se limitem à mera indicação de dispositivos legais ou à, invocação de precedentes sem a verificação de sua adequação ao caso presente, e para que não empreguem conceitos jurídicos indeterminados de forma indiscriminada ou realizem a ponderação sem o devido

condnar, ou absolver; mandamos que todos nossos Desembargadores, e quaisquer outros Julgadores, ora sejam letrados, ora o não sejam, declarem especificamente em suas sentenças definitivas, assim na primeira instância, como no caso da apelação, ou agravo, ou revista, as causas, em que se fundaram a condenar, ou absolver, ou a confirmar, ou revogar."

⁴ M. TARUFFO, *A motivação* cit., pp. 20-24; B. BISCOTTI, *Dispositivo* cit., p. 16; J. L. C. ALVA, *Las funciones* cit., p. 4.

⁵ *A motivação da sentença como garantia inerente ao estado de direito*, in *Revista da Faculdade de Direito da UFPR* 19 (1979), p. 287.

⁶ Segundo informa J. C. BARBOSA MOREIRA, *A motivação* cit., pp. 283-284, já no artigo 232 do Regulamento 737, de 1850, impunha-se tal dever ao juiz. Idêntica regra adotavam os Códigos de Processo Civil de diversos estados, assim como o Código de Processo Civil de 1939, em seus artigos 118, parágrafo único, e 280, nº II, e o Código de Processo Civil de 1973, em seus artigos 131, 458, II e 165.

⁷ M. TARUFFO, *A motivação* cit., pp. 20 e ss, correlaciona a constitucionalização do dever de motivar as sentenças com o maior enfoque na função extraprocessual, cujos aspectos analisa em detalhes.

cuidado e justificação,⁸ norma que, somada aos desdobramentos do tema em outros campos como o processo penal⁹ ou o direito administrativo,¹⁰ para não citar os inúmeros debates na teoria do direito em tema de discricionariedade judicial,¹¹ demonstra a atualidade do tema.

⁸ Art. 489. § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso; III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. § 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

⁹ Um dos exemplos mais candentes da importância da fundamentação se encontra no campo das prisões preventivas, grave hipótese de restrição de direitos fundamentais, cuja decretação, logo após o recebimento do flagrante, durante o processo ou quando da prolação da sentença condenatória, segundo os artigos 310, 315 e 387, §1º, do Código de Processo Penal, deve sempre ser motivada, não bastando para isso, segundo tem entendido a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a mera indicação dos fundamentos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, a alusão genérica à gravidade abstrata do delito, ao clamor público ou meras conjecturas, devendo o decreto de prisão cautelar se fundar em elementos concretos devidamente demonstrados pelo juiz.

¹⁰ Conforme nota C. T. P. PINHEIRO, *Motivação dos Atos Administrativos*, Dissertação – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, pp 5-18, a exigência de motivação dos atos administrativos foi tida pela doutrina e jurisprudência como uma decorrência da própria ideia do estado de direito, que tem dentre seus corolários a ideia de legalidade, a ser seguida pela administração, a qual, mesmo quando o ato não é vinculado, não detém total liberdade para agir e, portanto, deve demonstrar a consonância entre os motivos de sua ação e aqueles previstos na norma abstrata de competência. Além disso, a exigência de motivação – explicitação dos motivos - facilita o controle judicial dos atos administrativos e a apreciação de sua razoabilidade, contribuindo-se, assim, para uma atuação menos arbitrária e mais transparente da administração. No plano legislativo brasileiro, a exigência de motivação se encontrava, ao menos indiretamente, já no artigo 2º da Lei da Ação Popular, que elencava a falta de motivos como um dos vícios do ato. Posteriormente, a Lei nº 9.472/98, em seu artigo 40, exige dos atos da ANATEL a exposição formal dos motivos, e a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo federal, em seu artigo 2º, traz a motivação como um de seus princípios, assim como já ocorria nas Constituições dos Estados de São Paulo (art. 111), Minas Gerais (art. 13) e Rio Grande do Sul (art. 19, desde o ano de 1995).

¹¹ H. L. A. HART, *O Conceito de Direito*, 5ª ed., Lisboa, Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 133-134 e 149, embora reconheça a existência de uma textura aberta na linguagem do direito, cujos enunciados nem sempre são claros ou unívocos, e, com ela, o exercício de um poder discricionário pelos juízes, não recai no voluntarismo a que parecem conduzir as reflexões de H. KELSEN sobre a interpretação (*Teoria pura do direito*, 7ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2006, pp. 393 e ss), ou no ceticismo de regras típico do realismo jurídico americano, segundo o qual as decisões efetivamente criam direito e não há regras pré-existentes a circunscrever a área de textura aberta. Para H. L. HART, *O conceito de direito* cit., p. 221, funcionam como elementos limitadores da discricionariedade tanto algumas virtudes judiciais (como a imparcialidade, a consideração dos interesses envolvidos e a busca pelo estabelecimento de um princípio geral aceitável), quanto o fato de que o juiz não age, em geral, de forma, arbitrária, devendo justificar suas decisões, daí a importância da motivação, que ele ressaltava em data mais recente, no Pós Escrito de 1994, em *O conceito de Direito* cit., pp. 336-338, ao rebater as críticas de R. DWORKIN. Este último autor, aliás, se na primeira fase de

Embora apresente em Roma contornos bastante diversos, dada a opinião prevalente de que nem juízes nem juristas costumavam fundamentar suas decisões, esse tema, que se encontra intimamente ligado à metodologia e às técnicas de argumentação jurídica, não tem deixado de receber atenção dos romanistas, por meio de estudos sobre os tipos de argumento e os métodos de raciocínio dos jurisconsultos.¹² Em menor medida, o mesmo tem acontecido em relação à atuação dos imperadores.¹³

seu pensamento, buscava o encontro da única resposta correta e, portanto, o combate ao poder discricionário dos juízes, com base no emprego dos princípios de direito, na segunda fase, em que enfatiza o caráter do direito como prática interpretativa, apela para a ideia do direito como integridade e romance em cadeia, em que cada nova decisão é um capítulo dentro de uma trama mais ampla e, portanto, deve guardar com ela certa coerência, a ser justificada praticamente pelo juiz em sua argumentação (cf. A. SGARBI, *Clássicos da Teoria do Direito*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006, p. 182-191). A ideia segundo a qual importa justificar adequadamente a decisão já era, aliás, uma tônica das teorias da argumentação jurídica ao menos desde a década de 60. Segundo destaca A. A. MUÑOZ, *Transformações na Teoria Geral do Direito*, São Paulo, Quartier Latin, 2008, pp. 164-165, tais teorias trabalharam num terreno que as teorias positivistas, como as de H. Kelsen e H. L. A. Hart, haviam deixado inexplorado ao relegarem o problema da decisão judicial ao campo da vontade, ao menos nos casos dúbios, pois nos casos fáceis – a maioria – a subsunção parecia resolver o problema sem maiores dificuldades, sem a possibilidade de se encontrar critérios jurídicos e racionais para encontrar a resposta correta ou uma argumentação racional para resolvê-los. É o caso da obra de T. Viehweg e do trabalho da Nova Retórica com C. Perelman, que buscam demonstrar a existência de padrões de argumentação racionais no campo jurídico para além da mera subsunção, os quais permitem avaliar quando se está diante de uma boa ou má argumentação. Para T. Viehweg, que rejeita a exclusividade da dedução como modo de raciocínio jurídico, uma decisão racional é aquela bem construída, ainda que o critério final acabe sendo alguma instância de autoridade. Para C. Perelman, por outro lado, uma decisão, para não ser arbitrária, deve se mostrar capaz de persuadir uma audiência universal. Assim, percebe-se a importância da motivação como meio de demonstração da racionalidade (ainda que em sentido fraco) de uma decisão. Mais recentemente, dentre os autores que enfatizam como as exigências da razão prática, ou seja, de que uma decisão se revista de uma argumentação racional, dotada da possibilidade de universalização, consistência interna e coerência com o sistema, devem ser mencionados N. MacCormick, e R. Alexy. Para uma exposição detalhada das teorias da argumentação, de T. Viehweg e R. Alexy, confirmam-se A. A. MUÑOZ, *Transformações cit.*, pp. 170 e ss., e M. Atienza, *Las razones del derecho*, 3ª ed., 2003, trad. port. de M. C. G. Cupertino, *As razões do Direito*, 3ª ed., São Paulo, Landy, 2006, pp. 45-58 (T. Viehweg), pp. 59-91 (C. Perelman), pp. 117-158 (N. MacCormick) e pp. 159-210 (R. Alexy).

¹² Sem a pretensão de se esgotar a bibliografia sobre o tema, podem ser citados: M. Kaser, *Zur Methode der römischen Rechtsfindungen*, 1962, trad. esp. de J. Miquel, *En torno al método de los juristas romanos*, Colonia del Carmen, Coyoacan, 2013; F. Horak, *Rationes decidendi. Entscheidungsbegründungen bei den älteren römischen Juristen bis Labeo. I Band*, Innsbruck, Universität, 1969; L. Raggi, *Il metodo della giurisprudenza romana*, Torino, Giappichelli, 2007; L. Lombardi, *Saggio sul diritto giurisprudenziale*, Milano, Giuffrè, 1975; E. Pólay, *Privatrechtliche Denkweise der römischen Juristen*, Szeged, 1979; E. Seidl, *War Begriffsjurisprudenz die Methode der Römer?*, in *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie* 43, 3 (1957), pp. 343-366; F. Wieacker, *Zur Rolle des Arguments in der römischen Jurisprudenz*, in D. Medicus e H. H. Seiler (eds.), *Festschrift für Max Kaser zum 70. Geburtstag*, München, Beck, 1976, pp. 3-27; F. Wieacker, *Offene Wertungen bei den römischen Juristen*, in *SZ* 94 (1977), pp. 1-42; W. Waldstein, *Entscheidungsgrundlagen der klassischen römischen Juristen*, in *ANRW* II, 15 (1976), pp. 3-100; W. Waldstein, *Konsequenz als Argument klassischer Juristen*, in *SZ* 92 (1975), pp. 26-68; E. Bund, *Zur Argumentation der römischen Juristen*, in *Studi in Onore di Edoardo Volterra I*, Milano, Giuffrè, 1971, pp. 571-587. Dentre obras sobre o estilo de argumentação de juristas específicos, podem ser citadas as de J.D. Harke, *Argumenta Iuventiana – Argumenta Salviana. Entscheidungsbegründungen bei Celsus und Julian*,

A presente tese busca trazer uma contribuição específica, apreciando a forma como um dos imperadores romanos, Marco Aurélio, motivava suas decisões, ou seja, qual a argumentação jurídica empregada para tanto.

Não obstante os *decreta*, decisões proferidas pelo imperador no exercício do poder jurisdicional, fossem mais comparáveis com as decisões judiciais atuais, optou-se por estudar outro tipo de constituição imperial, os *rescripta*, que, em sentido amplo, indicam as respostas que os imperadores davam às consultas que lhes eram formuladas por particulares, magistrados, funcionários, corporações ou comunidades locais.

Isto se deu, em primeiro lugar, porque a análise das motivações contidas em diversos *decreta principum* já foi realizada no recente trabalho de M. RIZZI, publicado em 2012.¹⁴ Além disso, ao estudar os rescritos, que, enquanto constituições de caráter casuístico,¹⁵ apresentam grande proximidade com os decretos – J-P. CORIAT chega a chamá-los de “decretos condicionais”-,¹⁶ dá-se continuidade à pesquisa realizada no mestrado, que tratou da atividade consultiva dos juristas, com um estudo sobre a consultoria jurídica prestada pelo próprio imperador.

Berlin, Duncker & Humboldt, 2012.

¹³ Dentre os diversos trabalhos a respeito do tema, cumpre destacar a obra de J-P. Coriat, *Le Prince législateur. La technique législative des Sévères et les méthodes de création du droit impérial à la fin du Principat*, Rome, École française de Rome, 1997, que no capítulo dedicação aos métodos substanciais de legislação imperial, dedica amplo espaço à motivação das decisões imperiais. Ampla referência bibliográfica é dada pelo autor na p. 461, nt. 8. Mais recentemente, podem ser citados, a título de exemplo, os trabalhos de M. TALAMANCA, *L'aequitas nelle costituzioni imperiali del periodo epiclassico*, in G. Santucci (a cura di), “*Aequitas*”. *Giornate in memoria di Paolo Silli. Atti del Covengno. Trento, 11 e 12 aprile 2002*, Padova, CEDAM, 2006, pp. 53-273, e M. RIZZI, *Imperator cognoscens decrevit. Profili e contenuti dell'attività giudiziaria imperiale in età classica*, Milano, Giuffrè, 2012.

¹⁴ *Imperator* cit.,

¹⁵ Esta a nomenclatura única sob a qual os reúne C. A. CANNATA, *Histoire de ça jurisprudence européenne*, 1989 e 1996, trad. esp. de L. GUTIÉRREZ-MASSON, *Historia de la ciencia jurídica europea*, Madrid, Tecnos, 1996, pp. 90 e ss.

¹⁶ *La technique du rescrit à la fin du principat*, in *SDHI* 51 (1985), p. 323: “au titre de décret virtuel, conditionnel, les dispositions qu'il prescrit s'imposent à celui qui connaît du litige, sous réserve du contrôle de la véracité des faits allégués par le requérant.” O mesmo autor faz a aproximação entre rescritos e decretos em *Le prince législateur* cit., p. 98: “Pour le rescrit comme pour le décret, c'est la même démarche qui est à l'oeuvre. L'empereur, héritier à la fois des jurisconsultes dotes du ius publice respondendi et du juge ordinaire, donne son avis qui, dans le premier cas est officialisé par une réponse plus ou moins contraignante, et dans le second est consacré sous la forme de la sentence judiciaire. C'est ainsi qu'à l'époque post-classique cette procédure par rescrit fait partie intégrante de la marche de l'instance et que les décrets ne se distinguent plus des rescrits.” Para T. HONORÉ, *Emperors and Lawyers*, London, Duckworth, 1981, p. 30, contudo, o rescrito é mais um parecer do que um julgamento, sendo equivocada, em sua opinião, a expressão de L. WENGER, *Die Quellen des römischen Rechts*, Wien, Adolf Holzhausen, 1953, p. 464, para quem os rescritos são, indiscutivelmente, decisões (*unanfechtbare Entscheidungen*).

Diante do grande número de rescritos presentes nas fontes, foi necessário restringir a pesquisa a um único imperador. A escolha de Marco Aurélio se deu inicialmente de forma intuitiva, por se tratar de um imperador conhecido por suas incursões na filosofia e pelas decisões que revelam a utilização expressa de categorias como a *humanitas*, a *benignitas* e a *utilitas*.¹⁷

¹⁷ O interesse pela obra jurídica de Marco Aurélio não é inédito. Já no século XVIII, surgem trabalhos versando especificamente sobre esse imperador e sua legislação. É o caso das obras de Q. G. SCHACHER, *Singularia M. Aurelii Antonini Philosophi jurisprudentiae capita*, Leipzig, 1732, e J. O. WESTENBERG, *Divus Marcus seu Dissertationes ad Constitutiones Marci Aurelii Antonini*, Leiden, 1736. No século XIX, há a tese de doutorado apresentada em Paris por H. DUMÉRIL, *De constitutionibus Marci Aurelii Antonini*, Toulouse, Douladour-Privat, 1882, em cujo prefácio advertia para a insuficiência das obras anteriores sobre o tema (Westenberg e Schacher), em razão das questões inexploradas e da descoberta de novos textos como as Institutas de Gaio, os *Fragmenta Vaticana* e fontes epigráficas. Adentrando o século XX, e especificamente sobre a atividade dos *divi fratres* há a monografia de M. SCARLATA FAZIO, *Principii vecchi e nuovi di diritto privato nell'attività giurisdizionale dei 'divi fratres'*, Catania, Crisafulli, 1939, que se limita, no entanto, a constituições relativas ao direito privado. Em seguida, é publicada a tese de P. NOYEN, *De wetgeving en het staatsbestuur van Marcus Aurelius* (A legislação e o governo de Marco Aurélio), Tese (Doutorado) - Universidade de Ghent, 1954 (1979). Pelo mesmo autor foram publicados dois artigos contendo em parte as conclusões de sua tese, que versava sobre a influência do estoicismo na atividade normativa de Marco Aurélio: *Divus Marcus, princeps prudentissimus et iuris religiosissimus*, in *RIDA* 1 (1954), pp. 349-371; *Marcus Aurelius, the Greatest Practician of Stoicism*, in *L'Antiquité Classique* 24 (1955), pp. 372-383. Tais conclusões são rebatidas por G. R. STANTON, *Marcus Aurelius, Emperor and Philosopher*, in *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* 18.5 (1969), pp. 570-587. Mais recentemente, F. ARCARIA, *Oratio Marci. Giurisdizione e processo nella normazione di Marco Aurelio*, Torino, Giappichelli, 2003, discorre sobre uma possível regulamentação unitária do processo civil realizada por Marco Aurélio por meio de uma *oratio princeps* mencionada em diversos fragmentos do Digesto, não obstante analise também diversos rescritos em matéria de processo civil. Em obra anterior, *Referre ad principem. Contributo allo studio delle epistulae imperiali in età classica*, Milano, Giuffrè, 2000, o mesmo autor tratou de algumas constituições imperiais de Marco Aurélio em meio a um estudo mais geral voltado a apreciar a eficácia processual das *epistulae* e a origem do processo *per relationem*. Em seguida, surgiu o estudo de T. FINKENAUER, *Die Rechtsetzung Mark Aurels zur Sklaverei*, Stuttgart, Franz Steiner, 2010, cujo objetivo foi justamente o de verificar o grau de influência das concepções estoicas sobre a legislação de Marco Aurélio, fazendo-o mediante uma análise de suas constituições em matérias de escravidão. Por fim, M. AVENARIUS, *Marc Aurel und die Dogmatik des römischen Privatrechts. Kaiserliche Rechtspflege im System der Rechtsquellen und die Ausfüllung von Gestaltungsspielräumen in einer Übergangszeit der Rechtsentwicklung*, in M. VAN ACKEREN e J. OPSOMER (orgs.), *Selbstbetrachtungen und Selbstdarstellungen. Der Philosoph und Kaiser Marc Aurel im interdisziplinären Licht*, Wiesbaden, Reichert, 2012, pp. 203-282, trata de constituições de Marco Aurélio em matéria sucessória. No Brasil, além de escritos como o de A. CORREA, *O estoicismo no Direito Romano*, Tese (Livre-Docência), Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 1950, que tangencia alguns de seus aspectos (sobretudo em matéria de liberdade e direito sucessório, ao tratar do Senatusconsulto Orficiano, que ampliou a capacidade de as mulheres herdarem dos filhos e serem sucedidas por eles), a obra de Marco Aurélio foi parcialmente apreciada em recentes publicações de A. S. M. C. MATOS, sob o critério da filosofia do direito e que tratou de alguns rescritos do imperador tanto em sua tese de doutorado (*O estoicismo imperial como momento da ideia de justiça: universalismo, liberdade e igualdade no discurso da Stoá em Roma*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009) quanto em artigos científicos específicos (A. S. M. C. MATOS, *Diálogos e confluências entre o estoicismo e o Direito Romano Clássico*, in *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 98 (2008), pp. 295-336, e A. S. M. C. MATOS P. S. NASCIMENTO, *A inserção do estoicismo no Direito Romano Clássico: os rescritos do Imperador Marco Aurélio sobre Direito de Família e direito à liberdade*, in *Phronesis* (FEAD-Minas) 6 (2010), p. 25-45).

Marco Aurélio, antes chamado Marco Ânio Vero, nascido numa família originária da Espanha e que depois se muda para Roma, foi adotado por Antonino Pio em 138 d.C., juntamente com Lúcio Vero (filho de Lúcio Élio César, antigo escolhido para a sucessão imperial, mas que falecera), como cumprimento de uma condição imposta por Adriano para que o próprio Pio fosse adotado como seu sucessor ao trono, sendo desde então associado ao governo imperial.

Em 161 d.C., com a morte de Antonino Pio, Marco Aurélio assume o trono e o partilha com seu irmão Lúcio Vero até o ano de 169, quando este falece a caminho da fronteira setentrional do império. De 169 a 177, governa sozinho, até que associa seu filho Cômodo ao trono, morrendo em 180 d.C.

Já no início de seu governo, enfrentou uma guerra de quase cinco anos contra a Pérsia, permanecendo em Roma para cuidar da administração civil enquanto Lúcio Vero se deslocou para o *front*, embora a responsabilidade pelo sucesso na guerra, terminada em 166 d.C., segundo os historiadores, caiba mais aos seus generais, como Avídio Cássio, mais tarde responsável por uma mal-sucedida tentativa de golpe. Terminada a guerra na Pérsia, torna-se insustentável a situação na fronteira germânica e, desde então, com exceção de curtos períodos na capital, a vida de Marco Aurélio e, portanto, a administração do império, dão-se no campo de batalha, onde em 180, às margens do Sava, falece.¹⁸

Como membro da elite romana, Marco Aurélio recebera, durante sua juventude, ampla formação cultural, que incluía, certamente, a retórica, ensinada a ele por Cornélio Frontão, cuja correspondência sobreviveu e fornece importantes informações sobre esse período da vida do imperador. Com o tempo, contudo, seus interesses migram para o campo da filosofia, que aprendeu ouvindo as lições de Rústico e Apolônio, dois dos mais célebres representantes do estoicismo da época.

¹⁸ Dentre a amplíssima bibliografia sobre a vida e o governo de Marco Aurélio, que refoge ao âmbito da tese, podem ser mencionadas as seguintes obras: M. VAN ACKEREN (ed.), *A Companion to Marcus Aurelius*, Oxford, Wiley-Blackwell, 2012, especialmente pp. 95-233; M. GRANT, *The Antonines. The Roman Empire in Transition*, London-New York, Routledge, 1996, especialmente pp. 24-63; A. BIRLEY, *Marcus Aurelius. A Biography, Revised Edition*, New York, Routledge, 2000; F. MCLYNN, *Marcus Aurelius. A Life*, Cambridge, De Capo, 2009; E. RENAN, *Marc-Aurèle et la fin du monde antique*, Paris, Calmann Lévy, 1882; P. GRIMAL, *Marc Aurèle*, Paris, Fayard, 1991.

Nesse campo, deixou Marco Aurélio uma obra destinada a ter grande sucesso posterior, os seus *Pensamentos* ou *Meditações* (*Tὰ εἰς ἑαυτόν* – a si mesmo), que não constituem um verdadeiro tratado de filosofia ou um manual de ética, mas uma espécie de diário pessoal, com meditações filosóficas sobre os mais diversos temas, ou mesmo exercícios espirituais nos moldes da filosofia antiga, que retomam diversos motivos da filosofia estoica, sem deixar de conter ideias de corte platônico e revelar certo ecletismo.¹⁹

Marco Aurélio, que recebera formação jurídica de Lúcio Volúcio Meciano,²⁰ segundo demonstram as fontes literárias e a própria quantidade de constituições imperiais por ele emanadas, dedica ao campo do direito grande atenção, passando boa parte de seus dias a julgar os casos que lhe eram submetidos, com grande diligência e, não raro, com auxílio de homens ilustres e de seu *consilium*, do qual fizeram parte juristas como Sálvio Juliano, Marcelo, Cervídio Cévola, Tarrucieno Paterno e o próprio Meciano.²¹

¹⁹ Sobre a formação filosófica de Marco Aurélio e seu pensamento, confirmam-se M. VAN ACKEREN (ed.), *a Companion* cit., pp. 318 e ss; M. POHLENZ, *Die Stoa. Geschichte einer geistigen Bewegung*, 1959, trad. it. de O. DE GREGORIO, *La Stoa. Storia di un movimento spirituale*, Milano, R.C.S., 2005, pp. 709 e ss; M. VAN ACKEREN, e J. OPSOMER (orgs.), *Selbstbetrachtungen und Selbstdarstellungen. Der Philosoph und Kaiser Marc Aurel im interdisziplinären Licht*, Wiesbaden, Reichert, 2012, pp. 35 e ss; G. CORTASSA, *Introduzione*, in G. CORTASSA (a cura di), *Scritti di Marco Aurelio. Lettere a Frontone, Pensieri, Documenti*, Torino, UTET, 1984, pp. 11-59; P. HADOT, *La Citadelle intérieure. Introduction aux Pensées de Marc Aurèle*, Paris, Fayard, 1992; P. A. BRUNT, *Marcus Aurelius in His Meditations*, in *JRS* 64 (1974), pp. 1-20.

²⁰ SHA Marc. 3,6: *studuit et iuri audiens Lucium Volusium Maecianum*.

²¹ Sobre a dedicação intensa ao trabalho judiciário: SHA Marc. 10,10: *Iudicariae rei singularem diligentiam adhibuit*. Dedicou singular diligência à atividade judiciária; SHA Ver. 8,8-9 (em que se compara Marco Aurélio com Vero): 8. *Villam praeterea extruxit in via Clodia famosissimam, in qua permultos dies et ipse ingenti luxuria debacchatus est cum libertis suis et amicis Paridis, quorum praesentia nulla inerat reverentia, 9 et Marcum rogavit, qui venit, ut fratri venerabilem morum suorum et imitandam ostenderet sanctitudinem, et quinque diebus in eadem villa residens cognitionibus continuis operam dedit, aut convivante fratre aut convivia comparante*. “Além disso [Lúcio Vero] construiu uma casa de campo, na via Clódia, que ficou famosíssima, na qual também ele próprio, durante muitos dias, se entregou, com enorme luxúria, a uma devassidão sem limites, com os seus libertos e amigos de condição inferior, de cuja presença não tinha qualquer vergonha. 9. Até convidou Marco, que compareceu, para mostrar ao irmão que a venerável pureza dos seus costumes deveria ser imitada e, habitando durante cinco dias a mesma casa, entregou-se ininterruptamente ao estudo de processos, enquanto o irmão se banqueteara ou preparava banquetes.”. Também Dião Cássio ressalta essa característica de Marco Aurélio, ao mencionar como, mesmo no acampamento de guerra do Danúbio, o imperador se dedicava ao julgamento de causas quando lhe sobrava tempo, conforme Dio Cass. 71(72),6,1-3: *ὁ δ' αὐτοκράτωρ ὁσάκις ἀπὸ τοῦ πολέμου σχολὴν ἤγεν, ἐδίκασε, καὶ ὕδωρ πλεῖστον τοῖς ῥήτορσι μετρεῖσθαι ἐκέλευε, 1 τὰς τε πύστεις καὶ τὰς ἀνακρίσεις ἐπὶ μακρότερον ἐποιεῖτο, ὥστε πανταχόθεν τὸ δίκαιον ἀκριβοῦν. καὶ κατὰ τοῦτο καὶ ἑνδεκα πολλάκις καὶ δώδεκα 2 ἡμέραις τὴν αὐτὴν δίκην, καίπερ νυκτὸς ἔστιν ὅτε δικάζων, ἔκρινε. φιλόπονος γὰρ ἦν, καὶ ἀκριβῶς πᾶσι τοῖς τῇ ἀρχῇ προσήκουσι προσεφέρετο, καὶ οὐδὲν ἐν παρέργῳ οὔτε ἔλεγεν οὔτε ἔγραφεν οὔτε [p. 22] ἐποίει, ἀλλ' ἔστιν ὅτε καὶ περὶ τοῦ βραχυτάτου ἡμέρας ὅλας ἀνήλισκεν, οὐκ ἀξιῶν τὸν αὐτοκράτορα ἐξ ἐπιδρομῆς τι πράττειν: καὶ γὰρ ἐνόμιζεν ὅτι κἂν ἐλάχιστόν τι παρίδῃ, διαβολὴν αὐτῷ τοῦτο καὶ ἐπὶ τὰ ἄλλα πάντα οἶσει*. “O imperador, assim que tinha algum descanso da guerra, exercia a jurisdição; costumava dar tempo abundante

Sua extensa produção legislativa pode ser apreciada sob diversas perspectivas, como ocorre, por exemplo, com os estudos que buscam identificar as possíveis influências do estoicismo em suas constituições imperiais, tema bastante controverso, havendo quem o veja como o maior efetivador das ideias da *stoa* que já existiu, quem o aponte como um imperador bastante conservador ou quem afirme que, como conhecedor do direito romano, inspirava suas decisões na *aequitas* mais do que na doutrina estoica,²² que ele utilizava mais como ferramenta de aperfeiçoamento pessoal do que de transformação das instituições.

Na presente tese, dada a perspectiva mais específica escolhida para a análise das decisões do imperador, o debate sobre o possível influxo de ideias filosóficas na produção legislativa não foi alçado ao primeiro plano, ainda que não tenha perdido sua relevância, dada a utilização de categorias como a *humanitas*, dentre outras, assim como alguns tipos de motivações que será possível relacionar com ideias bem precisas presentes em suas meditações.

Mais do que aferir a substância das decisões tomadas e os princípios subjacentes, ainda que em vários casos seja fundamental, busca-se aqui desvelar as formas pelas quais o imperador Marco Aurélio, em todos os períodos de seu governo,²³ argumentava juridicamente, ou seja, o modo como justificava as decisões tomadas.

para os oradores e gastava muito tempo em inquisições e exames preliminares, a fim de garantir a mais estrita justiça por todos os meios. Por conseguinte, com frequência passava onze ou doze dias julgando o mesmo caso, ainda que os julgamentos continuassem noite adentro. Pois era industrioso e se dedicava diligentemente a todos os deveres de seu cargo; e não dizia ou escrevia nada como se fosse uma questão menor, mas às vezes gastava dias no ponto mais específico, não considerando correto que o imperador devia fazer qualquer coisa de forma apressada. Pois acreditava que se deixasse passar mesmo o menor detalhe, isto traria reprovação sobre todas as suas demais ações.” Baseada, assim como as demais traduções de Dião Cássio, na tradução inglesa da LOEB Classics, feita por E. CARY e disponível eletronicamente em http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/cassius_dio/home.html, Acesso em 20/05/2015. Quanto ao costume de consultar o conselho para decidir, veja-se SHA Marc. 11,10: *Ius autem magis vetus restituit quam novum fecit. habuit secum praefectos, quorum et auctoritate et periculo semper iura dictavit. Usus autem est Scaevola praecipue iuris perito.* “Porém, ele, mais do que criar um novo direito, restaurou o antigo. Rodeou-se de prefeitos, pela autoridade e responsabilidade dos quais sempre ditou as leis. Recorreu sobretudo a Cévola, homem versado no direito.” Nas fontes jurídicas, exemplos de atuação do *consilium principis* encontram-se em Marcell. 29 dig. D. 28,4,3 e Ulp. 14 ad leg. Iul. et Pap. D. 37,14,17pr, analisados mais adiante (ver nota 570 e item 2.3.3).

²² L. DE BLOIS, *The Relation of Politics and Philosophy under Marcus Aurelius*, in M. VAN ACKEREN (ed.), *A Companion to Marcus Aurelius*, Oxford, Wiley-Blackwell, 2012, pp. 179-180.

²³ Mesmo quando associou ao trono Lúcio Vero e, posteriormente, Cômodo, é possível supor que, não apenas

Para tanto, contudo, inicialmente, no capítulo 1, a fim de introduzir o tipo de fonte a ser depois analisada, expõem-se as origens e o funcionamento do sistema dos rescritos, o modo como os imperadores eram consultados e respondiam as questões de direito que lhes eram submetidas e quais as funções que esse sistema desempenhava na sociedade romana. Além disso, trata-se também do fundamento da força normativa dos rescritos e do modo pelo qual eles se tornavam fonte do direito.

Em seguida, no capítulo 2, centro da tese, a partir da análise de decisões específicas, propõe-se uma sistematização dos argumentos empregados por Marco Aurélio para motivar seus rescritos.

Como introdução ao tema, busca-se apresentar um esboço do problema da motivação das decisões jurídicas na experiência romana, desde a sentença judicial, passando pelos atos dos pretores, pelos pareceres dos juristas, que guardam grande proximidade com os rescritos imperiais, até se chegar às constituições imperiais, mostrando-se como, apesar da ausência de um dever de motivar suas decisões, o *princeps* acabava por fazê-lo, segundo funções sociais diversas.

Em seguida, após se esclarecerem os critérios pelos quais foram selecionadas e classificadas as fontes, os rescritos escolhidos são expostos conforme o tipo de argumento ou motivação empregado pelo imperador, o que revela o amplo leque de formas de raciocínio por ele empregado, permitindo interessantes conclusões quanto ao exercício do poder imperial e sua contribuição para a história do método jurídico romano.

pela atenção que dedicava ao trabalho jurídico, em contraste com Lúcio Vero, por exemplo, mas porque Vero, durante a guerra contra os partos, permaneceu fora de Roma, de modo que os rescritos atribuídos aos *divi fratres* foram provavelmente emanados com maior grau de atuação de Marco Aurélio.

3. CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento do principado, o imperador, além de atuar como juiz e concessor de benefícios, foi chamado também a responder à demanda por consultas jurídicas, função antes desempenhada pela secular instituição da *iurisprudentia*. Para tanto, cercou-se de um aparato burocrático desenvolvido, os *ministeria* ou *scrinia ab epistulis* e a *libellis*, este último cada vez mais ocupado por juristas de renome, o que lhe permite desempenhar a tarefa com alta qualidade técnica, ao que se somam seu *imperium* e *auctoritas*, capazes de dotar as respostas ali formuladas de uma força normativa que os *responsa prudentium*, mesmo aqueles proferidos por juristas a quem os imperadores concediam o *ius respondendi ex auctoritate principis*, jamais teriam. Assim, paulatinamente, sem que o *respondere* jurisprudencial tenha entrado em declínio, como mostra a enorme literatura casuística do período clássico, os imperadores, por meio de seus *rescripta* em sentido amplo, se substituem aos juristas na atividade consultiva.

Essa prática dos rescritos, respostas escritas às consultas feitas ao imperador, mostrava-se mostra como um canal aberto de comunicação com o *princeps*, por meio do qual os habitantes do império, no centro ou na periferia, de alta ou baixa condição, assim como os magistrados e funcionários, além das comunidades e corporações, submetiam à apreciação do poder central os mais diversos problemas jurídicos que permeavam a vida do império, desde questões de direito privado, até problemas de organização da vida cidadina, com suas magistraturas, conselhos e administração financeira, como se percebe também pelas decisões de Marco Aurélio apreciadas neste trabalho.

Os rescritos eram também um dos meios pelos quais o *princeps*, ao motivar as decisões ali tomadas, mesmo à míngua de qualquer obrigatoriedade, atingia uma série de objetivos. Em primeiro lugar, expressava sua interpretação do direito, seu raciocínio jurídico, que poderia ser replicado em casos futuros, já que os rescritos, assim como os decretos, funcionavam como verdadeiros *exempla*. Além disso, na motivação, expressava os princípios do direito romano que desejava comunicar, contribuindo para uma função de romanização e uniformização do direito. Por fim, de certa forma, legitimava seu poder

frente aos súditos, apresentando-se aos habitantes do *orbis terrarum* como garantidor de seus direitos, promotor da equidade, da benevolência e do bem comum, como demonstram as diversas referências à *aequitas*, *humanitas* e *utilitas publica* nas decisões analisadas.

A análise de diversos rescritos de Marco Aurélio e o estabelecimento de uma tipologia dos argumentos utilizados, aliás, reforçou a ideia de que a atividade consultiva do príncipe está em continuidade com o labor dos juristas não apenas em suas funções sociais, mas também no método, pois revela o método casuístico típico da jurisprudência romana, embora o *princeps* atue com maior liberdade, o que lhe permite o emprego mais frequente de argumentos e categorias que os juristas utilizavam com certa cautela.

Não se encontra, nos rescritos estudados, via de regra, a tentativa de fundamentar as decisões apelando a dispositivos de lei, o que confirma a natureza de sistema axiológico do direito romano, ainda que o raciocínio de caráter silogístico não se encontre ausente das decisões imperiais, algumas das quais são justificadas com base em *regulae*. Isto, contudo, não é sinônimo de legalismo, já que apenas um dos rescritos se refere expressamente à lei e ao edito do pretor como razão de decidir, e mesmo neste caso se apela para a *sententia*, a intenção de tais atos normativos, e não simplesmente para seus *verba*, afora o complemento da justificação com o argumento de autoridade advindo da jurisprudência.⁶³⁹

O que se verificou, nos rescritos de Marco Aurélio, são algumas motivações fundadas na consideração da *voluntas*, do elemento subjetivo da ação, seja para dispensar de pena aquele que efetivamente desejara cumprir os ditames da lei sobre adultérios, mas não o conseguira pela força do acaso,⁶⁴⁰ ou para reputar válido o testamento testemunhado por aquele que, mesmo desconhecendo o idioma, percebia por meio dos sentidos o que se passava.⁶⁴¹ Ou mesmo, em consonância com preocupações reveladas suas Meditações, nas quais demonstra o intuito de ser leniente com a ignorância alheia, confirmar o status dos filhos oriundos de um casamento contraído pela mulher *ignara iuris*.⁶⁴² A mesma leniência, contudo, não é demonstrada para aquele que, revelando sua *calliditas*, tenta enganar a pessoa de quem deveria ser garante e, portanto, é excluído da ação de mandato

⁶³⁹ Ulp. 14 *ad leg. Iul. et Pap.* D. 37,14,17pr.

⁶⁴⁰ Macer 1 *de pub. iud.* D. 48,5,33(32)pr.

⁶⁴¹ Ulp. 1 *ad Sab.* D. 28,1,20,9.

⁶⁴² Marcian. *Not. ad Pap. 2 de adult.* D. 23,2,57a.

não apenas com base em argumentos de estrita lógica jurídica, por ter sido remunerado para tanto, mas em razão de sua conduta dolosa.⁶⁴³

Nota-se, por outro lado, uma grande utilização do argumento pragmático, ou seja, a fundamentação das decisões não com base em uma lógica jurídica estrita, mas em função de suas consequências, com as quais Marco Aurélio aparece bastante preocupado em diversas ocasiões, seja no aspecto positivo quanto negativo, pois justifica alguns de seus rescritos tanto com base nas vantagens trazidas às partes⁶⁴⁴ quanto na ausência de prejuízos,⁶⁴⁵ ou mesmo na necessidade de evitá-los.⁶⁴⁶

O imperador faz ainda amplo uso da ideia de *utilitas publica* (referida ou não explicitamente), demonstrando, em conformidade mais uma vez com ideias expressas em suas meditações, preocupação com o bem comum. Neste ponto, a análise das decisões fez constatar que o apelo ao interesse público é normalmente feito para criar exceções ao regramento existente⁶⁴⁷ e que, no período pesquisado, o termo *utilitas publica* ainda não havia adquirido o sentido de interesse do Estado como algo distinto do *populus*, como “*raison d’État*”, embora já se verifique a presença de decisões motivadas pelo interesse de partes do aparato governamental, como o fisco⁶⁴⁸ ou órgãos da administração municipal.⁶⁴⁹

A única ocorrência explícita da *benigna interpretatio* nos rescritos analisados,⁶⁵⁰ mais do que um exemplo de benevolência, como se viu, se aproxima mais da ideia de utilidade, ou seja, é dotada de um sentido pragmático, pois com tal interpretação benigna, no caso, buscou-se conservar a eficácia de uma disposição testamentária, ainda que se possa tê-la como benevolente por favorecer escravos, em situação de maior vulnerabilidade social, como se se tratasse de uma aplicação do *favor libertatis* e não do *favor testamenti*.

⁶⁴³ Ulp. 31 *ad ed.* D. 17,1,6,7.

⁶⁴⁴ Ulp. 24 *ad ed.* D. 25,4,1pr.

⁶⁴⁵ Ulp. 79 *ad ed.* D. 37,6,5pr e Papir. 2 *de const.* D. 50,8,11,2.

⁶⁴⁶ Ulp. 36 *ad ed.* D. 12,3,4pr. e Pap. 19 *quaest.* D. 31,67,10.

⁶⁴⁷ Marc. C. 6,54,2 (dispensar uma caução normalmente exigida); Papir. Just. 1 *de const.* D. 48,12,3,1 (permitir que uma mulher exerça a *accusatio*); Ulp. 3 *de off. proc.* D. 50,2,3,2 (admitir espúrios no *ordo decurionum*); Ulp. 4 *de off. proc.* D. 50,4,6pr (afastar, ou ao menos flexibilizar uma regra em matéria de acesso às magistraturas municipais); Papir. 2 *de const.* D. 50,12,13,1 (afastar uma condição danosa à *res publica*, limitando a autonomia privada); Call. 1 *de cogn.* D. 50,6,6,10 (conceder imunidade aos cobradores de imposto).

⁶⁴⁸ Call. 1 *de cogn.* D. 50,6,6,10.

⁶⁴⁹ Ulp. 3 *de off. proc.* D. 50,2,3,2; Ulp. 4 *de off. proc.* D. 50,4,6pr.

⁶⁵⁰ Marc. C. 6,27,2.

O motivo do *aequum*, por seu turno, em Marco Aurélio, ainda não se mostra, como ocorrerá no período pós-clássico, como sinônimo de benignidade ou humanidade, sendo utilizado pelo imperador em sentidos, por assim dizer, mais conservadores, ou ao menos como sinônimo de razoabilidade.

Em alguns casos, justifica decisões pelas quais se afasta a imposição de obrigações mais pesadas a personagens importantes da administração municipal. Numa delas,⁶⁵¹ evita-se que os decuriões sejam obrigados a vender trigo mais barato e noutra se limita a responsabilidade dos *curatores kalendarii* aos danos que causaram por sua culpa, não respondendo pela deterioração de créditos da cidade ocorrida por culpa de seu antecessor.⁶⁵² Quando aparece em conjunto com a *humanitas*, indica a necessidade do estrito cumprimento da liberdade fideicomissária concedida, em contraposição ao *humanum est*, utilizado na mesma decisão para fundamentar a proteção da liberdade frente aos interesses pecuniários.⁶⁵³

Caso se quisesse forçar a interpretação do termo, até se poderia encontrar nesses fragmentos um indício da transição do sentido de *aequitas* como tratamento igualitário ou proporcional para a ideia de benignidade, funcionando então como razão justificadora para atenuar as obrigações impostas a certas pessoas, mas o mais provável é que o *minime aequum est* e o *aequum videri*, caso não funcionem como simples cláusulas gerais, apontem para a ideia de solução mais razoável ou para a ideia de prestação proporcional (o preço justo, num caso, e aquilo que se deve em razão da própria culpa, no outro).

Somente no caso do depósito dos frutos durante a apelação é que o recurso ao *aequum* fundamenta uma decisão mais propriamente inovadora e mesmo nesse caso pode ser interpretado meramente como sinônimo de razoabilidade e não como termo utilizado para crítica do direito existente.⁶⁵⁴

⁶⁵¹ Papir. Just. 1 *de const.* D. 48,12,3pr.

⁶⁵² Papir. Just. 2 *de const.* D. 50,8,12,6.

⁶⁵³ Ulp. 6 *fideic.* D. 40,5,37.

⁶⁵⁴ Papir. Just. 1 *de const.* D. 49,1,21,3.

A *humanitas*, por fim, é utilizada como expressão de benevolência, com diversas finalidades: de forma explícita, para conceder dilações de prazo,⁶⁵⁵ atenuar responsabilidades,⁶⁵⁶ figurar como sinônimo de *favor libertatis*,⁶⁵⁷ fundamentar um estranho recurso à tortura para beneficiar o escravo;⁶⁵⁸ de forma implícita, no caso do *furiosus* que comete matricídio,⁶⁵⁹ mas cuja loucura é, num gesto de humanidade, considerada pena suficiente.

Neste último caso, contudo, a clemência imperial não deixa de ser acompanhada da consideração do elemento subjetivo (isentando de pena aquele que não é responsável por seus atos), assim como pelo interesse público, que se visa resguardar com o encarceramento, a fim de evitar que a coletividade seja prejudicada por um ato de humanidade do imperador.

Deve-se observar que a maioria das decisões encontrada é justificada com base em argumentos de caráter aberto, proporção esta que aumenta quando se tem em conta apenas as decisões referidas literalmente nas fontes, em que apenas duas são baseadas em *regulae*, sendo a grande maioria justificada com base em algum conceito mais valorativo. As decisões mais dedutivas, axiomáticas, encontram-se nas decisões referidas indiretamente, o que pode refletir a redação dada pelos juristas, que, ao contrário do imperador, constroem a decisão e sua fundamentação de forma mais lógica.

Quando se tem em mira apenas as decisões referidas em sua literalidade e que, portanto, oferecem maior segurança nas conclusões, verifica-se que a proporção de motivações de caráter valorativo ou utilitário é bem maior, sendo o raciocínio dedutivo pouco encontrado. Ou seja, quando fundamentava suas decisões, Marco Aurélio parecia utilizar mais argumentos como *utilitas*, *aequitas*, *humanitas*, talvez até por seu efeito retórico mais persuasivo e propagandístico, ou mesmo em virtude de sua formação mais retórica e filosófica que jurídica.

⁶⁵⁵ Call. 1 *de cogn.* D. 5,1,36pr.

⁶⁵⁶ Scaev. 2 *dig.* D. 50,1,24.

⁶⁵⁷ Ulp. 6 *fideic.* D. 40,5,37 e Inst. 3,11,pr-1.

⁶⁵⁸ Ulp. 8 *de off. proc.* D. 48,18,1,27.

⁶⁵⁹ Macer 2 *de iud. pub.* D. 1,18,14 e Mod. 12 *pand.* D. 48,9,9,2.

Nesse ponto, é importante ressaltar como, no sistema romano, assim como de certa forma já faziam os juristas, os imperadores não escondiam o fato de trabalharem com valorações em seu raciocínio, ao contrário do que ocorre em certos episódios contemporâneos em que o julgador, refugiando-se sob o manto de uma suposta neutralidade decorrente da mera subsunção do caso à norma, nega o fato de estar procedendo a avaliações de caráter subjetivo, moral ou utilitário.

A análise dos tipos de motivações empregadas por Marco Aurélio em seus rescritos, diante disso, permite reflexões quanto à própria natureza do método casuístico que caracterizava o direito romano.

Como se viu, malgrado a grande presença de elementos pragmáticos, a utilização de regras e de princípios, assim como conceitos de caráter valorativo não está ausente da forma de pensar do imperador. Assim, o raciocínio jurídico romano, também no âmbito imperial, não é caracterizado por mera empiria, ou pelo simples emprego cego de *topoi*, mas marcado também pelo uso de *regulae* e de ideias-guia como *humanitas*, *aequitas* e *benignitas*, que o levam para um grau um pouco maior de abstração.

Não obstante, como mostra a própria utilização frequente do argumento pragmático, da consideração da *voluntas* e do raciocínio analógico, há um amplo leque de mecanismos à disposição do jurista e, mais ainda, do imperador, cuja liberdade de atuação é maior, o que aponta para a riqueza do casuísmo jurídico romano, uma rica combinação de pensamento pragmático e conceitual, problemático e sistemático, onde talvez resida uma das grandes forças da experiência jurídica romana e um aspecto de grande interesse a ser contemplado pelo jurista atual, que também se depara, em seu labor cotidiano, com a mesma e constante tensão.

4. BIBLIOGRAFIA

AGUDO RUIZ, Alfonso, *Estudios de Derecho Fiscal Romano*, Madrid, Dykinson, 2016.

_____, *Las costas en el proceso civil romano*, Madrid, Dykinson, 2013.

ALVA, José Luis Castillo, *Las funciones constitucionales del deber de motivar las decisiones judiciales*, disponível eletronicamente em perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/.../a_20141008_02.pdf. Acesso em 20/11/2016.

ANASTASIADIS, Vasilis. I., SOURIS, George. A., *An Index to Roman Imperial Constitutions from Greek Inscriptions and Papyri, 27 BC to 284 AD*, Berlin - New York, De Gruyter, 2000.

ANKUM, Hans, *La constitutio divi Marci qui introduisit l'assignation des biens d'une succession ayant pour but de protéger les affranchissements et le favor libertatis*, in *Grecs, Juifs, Polonais: à la recherche des racines de la civilisation européenne: Actes du colloque organisé à Paris par l'Académie Polonaise des Sciences le 14 novembre 2003*, Paris, Académie Polonaise des Sciences, 2006, pp. 176-182.

_____, *Utilitatis causa receptum. On the pragmatical methods of the Roman lawyers*, in J. A. ANKUM. R. FEENSTRA, W. F. LEEMANS, *Symbolae iuridicae et historicae Martino David dedicatae. Tomus primus. Ius romanu*, Leiden, Brill, 1968, pp. 1-31.

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo, *Storia del Diritto Romano*, 7ª ed., Napoli, Jovene, 2006.

ARCARIA, Francesco, *Oratio Marci. Giurisdizione e processo nella normazione di Marco Aurelio*, Torino, Giappichelli, 2003.

_____, *Referre ad Principem. Contributo allo Studio delle epistulae imperiali in età classica*, Milano, Giuffrè, 2000.

ATIENZA, Manuel, *Las razones del derecho*, 3ª ed., 2003, trad. port. de M. C. G. CUPERTINO, *As razões do Direito*, 3ª ed., São Paulo, Landy, 2006.

AVENARIUS, Martin, *Benignior interpretatio: Origin and Transformation of a Rule of Construction in the Law of Succession*, in *Roman legal tradition* 6 (2010), pp. 1-21.

_____, *Marc Aurel und die Dogmatik des römischen Privatrechts. Kaiserliche Rechtspflege im System der Rechtsquellen und die Ausfüllung von Gestaltungsspielräumen in einer Übergangszeit der Rechtsentwicklung*, in M. VAN ACKEREN e J. OPSOMER (orgs.), *Selbstbetrachtungen und Selbstdarstellungen. Der Philosoph und Kaiser Marc Aurel im interdisziplinären Licht*, Wiesbaden, Reichert, 2012, pp. 203-282.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos, *A motivação da sentença como garantia inerente ao estado de direito*, in *Revista da Faculdade de Direito da UFPR* 19 (1979), pp. 281 e ss.

BARRÓN, Jorge Uscatescu, *Acerca de un concepto romano: aequitas. Un estudio histórico-conceptual*, in *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos* 5 (1993), pp. 73-104

BAUMAN, Richard, *Crime and punishment in ancient Rome*, London, Routledge, 1996.

BERGER, Adolf, *Encyclopedical Dictionary of Roman Law*, Philadelphia, The American Philosophical Society, 1953.

_____, *Iurisprudentia*, in *RE* 10, p. 1159-1190.

BETTI, Emilio, *Methode und Wert des heutigen Studiums des römischen Rechts*, in *TR* 15 (1937), pp. 137-174.

BIRLEY, Anthony, *Marcus Aurelius. A Biography, Revised Edition*, New York, Routledge, 2000.

BISCOTTI, Barbara, *Dispositivo e parte motiva nella sentenza: idee vecchie e nuove*, Disponível eletronicamente em https://www.academia.edu/4179128/DISPOSITIVO_E_PARTE_MOTIVA_NELLA_SENTENZA_IDEE_VECCHIE_E_NUOVE, Acesso em 20/07/16.

_____, *La giurisprudenza romana modello di logica giuridica*, in BISCOTTI, Barbara, e CENDERELLI, Aldo, *Produzione e Scienza del Diritto: Storia di un Metodo*, Torino, Giappichelli, 2005.

BLANCHE-NOUGUÉS, José Maria, *La "certissima iuris regula" de Gayo*, in *RIDA* 44 (1997), pp. 45-70.

BOULVERT, Gérard. *L'Autonomie du droit fiscal: les cas des ventes*, in *ANRW* II 14 (1982), pp. 816-849.

BRADLEY, Keith, *Slavery and Society at Rome*, Cambridge, University, 1994.

BRETONE, Mario, *Storia del diritto romano*, 13^a ed., Roma-Bari, Laterza, 2010.

BRUNT, Peter Astbury, *Lex de Imperio Vespasiani*, in *JRS* 67 (1977), pp. 95-116.

_____, *Marcus Aurelius and Slavery*, in *Bulletin of the Institute of Classical Studies. Supplement* 71 (1998), pp. 139-150.

_____, *Marcus Aurelius in His Meditations*, in *JRS* 64 (1974), pp. 1-20.

BUCKLAND, William Warwick, *A Text-Book of Roman Law from Augustus to Justinian*, Cambridge, University, 1921.

_____, *The Roman Law of Slavery: The Condition of the Slave in Private Law from Augustus to Justinian*, Cambridge, University, 1908.

BUND, Elmar, *Zur Argumentation der römischen Juristen*, in *Studi in Onore di Edoardo Volterra I*, Milano, Giuffrè, 1971, pp. 571-587.

CAMODECA, Giuseppe, *Ricerche sui curatores rei publicae*, in *ANRW* II, 13, H. Temporini, Berlin-New York, 1980, pp. 453-534.

CAMPOLUNGH, Maria, *Potere imperiale e giurisprudenza in Pomponio e in Giustiniano II.1*, Perugia, Margiacchi-Galeno, 2001.

CANCELLI, Filippo, *Pollicitatio*, in *NNDI* 13 (1957), pp. 256-266.

CANNATA, Carlo Augusto, *Histoire de ça jurisprudence européenne*, 1989 e 1996, trad. esp. de L. GUTIÉRREZ-MASSON, *Historia de la ciencia jurídica europea*, Madrid, Tecnos, 1996.

CARRIÉ, Jean-Michel, *Les distributions alimentaires dans les cités de l'empire romain tardif*, in *MEFRA. Antiquité* 87. 2 (1975), pp. 995-1101.

CASSOLA, Filippo, e LABRUNA, Luigi, *L'ordinamento delle province*, in M. TALAMANCA (dir.), *Lineamenti di Storia del Diritto Romano*, 2ª ed., Milano, Giuffrè, 1989, pp. 261-269.

CASTELLO, Carlo, *Regola ed eccezione sulla ignorantia iuris*, in *Studi in memoria di Giovanni Tarello, Volume I, Saggi Storici*, Milano, Giuffrè, 1990, pp. 141-151.

CERAMI, Pietro, *In integrum restitutio adversus fiscum*, in *AUPA* 39 (1987), pp. 5-44.

_____, *Rec. di Pavis D'Escurac, La préfecture de l'annone*, in *IURA* 28 (1977), pp. 219-225.

COING, Helmut, *Über einen Beitrag zur Rechtswissenschaftlichen Grundlagenforschung*, in *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie* 41 (1954/55), pp. 436-444.

COMPARETTE, Thomas Louis, *The Reorganization of the Municipal Administration under the Antonines*, in *The American Journal of Philology* 27, 2 (1906), pp. 166-183.

CORIAT, Jean-Pierre, *La technique du rescrit à la fin du principat*, in *SDHI* 51 (1985), PP. 319-348.

_____, *Le Prince législateur. La technique législative des Sévères et les méthodes de création du droit impérial à la fin du Principat*, Roma, École française de Rome, 1997.

CORREA, Alexandre, *O estoicismo no Direito Romano*, Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 1950.

CORREA, Alexandre, e SCIASCIA, Gaetano, *Manual de Direito Romano: Institutas de Gaio e de Justiniano vertidas para o português, em confronto com o texto latino, vol.2*, São Paulo, Saraiva, 1951.

CORTASSA, Guido (a cura di), *Scritti di Marco Aurelio. Lettere a Frontone, Pensieri, Documenti*, Torino, UTET, 1984.

CRUZ E TUCCI, José Rogério, *A motivação da sentença no processo civil*, São Paulo, Saraiva, 1987.

CUQ, Édouard, *Manuel des Institutions Juridiques des Romains*, 2^a ed., Paris, Plon, 1928.

DE BLOIS, Lukas, *The Relation of Politics and Philosophy under Marcus Aurelius*, in M. VAN ACKEREN (ed.), *A Companion to Marcus Aurelius*, Oxford, Wiley-Blackwell, 2012, pp. 171-182.

DE FRANCISCI, Pietro, *Per la storia della legislazione imperiale durante il principato*, in *BIDR* 70 (1967), pp. 187-226.

DE MADALENA, Linda, *Litis causa malo more pecuniam promittere. Sulla contrarietà ai boni mores del “patto di quota lite”*, Tese (Doutorado) - Università degli Studi di Milano, Milano, 2014.

DE MARTINO, Francesco, *Storia della costituzione romana, vol. IV, parte prima*, 2^a ed., Napoli, Jovene, 1975.

DE PASCALI, Nicola, *Ratione humanitatis: significati e implicazioni di un concetto nella legislazione di Marco Aurelio*, in *Ostraka: Rivista di Antichità* 17 (2008), pp. 35-68.

DE ROBERTIS, Francesco Maria, *Sulla efficacia normativa delle costituzioni imperiali, II. I rescripta principum*, in *Scritti Varii di Diritto Romano, Vol. II*, Bari, Cacucci, 1987, pp. 169-228.

DELI, Gergely, *Bemerkungen zu Ulp. D. 17, 1, 6, 7*, disponível eletronicamente em <https://ssrn.com/abstract=2345147>, acesso em 20/09/16.

D’ORS, Alvaro, *Rescriptos y cognición extraordinaria*, in *AHDE* 47 (1977), pp. 5-41.

D’ORS, Alvaro, e MARTIN, Fernando, *Propositio Libellorum*, in *AJPH* 100 (1979), pp. 112-124.

D'ORS, Xavier, *La manumisión del esclavo hipotecado en Derecho romano*, in *AHDE* 46 (1976), pp. 347-392.

DOVERE, Elio, *Le discours juridique et moral de l'utilitas à Rome*, in A. CAILLÉ, M. SENELLART, C. LAZERRI (dir.), *Histoire raisonnée de la philosophie morale et politique. Le bonheur et l'utile. Tome I. De l'antiquité aux Lumières*, Paris, Flammarion, 2007, pp. 132-142.

DUMÉRIL, Henri, *De constitutionibus Marci Aurelii Antonini*, Toulouse, Douladour-Privat, 1882.

ERDKAMP, Paul, *The Grain Market in the Roman Empire. A social, political and economic study*, Cambridge University, 2005.

EVANGELISTA, Stefano, *Motivazione della sentenza civile*, in *ED* 27 (1977), pp. 154-180

FERCIA, Riccardo, *'Querela inofficiosi testamenti' e 'iudicatum': problemi e prospettive tra II e III secolo*, in *Diritto @Storia* 11 (2013), disponível eletronicamente em <http://www.dirittoestoria.it/11/tradizione/Fercia-Querela-inofficiosi-testamenti-iudicatum.htm>.

FINKENAUER, Thomas, *Die Rechtsetzung Mark Aurels zur Sklaverei*, Stuttgart, Franz Steiner, 2010.

_____, *Marco Aurelio e la schiavitù*, in *INDEX* 40 (2012), pp. 671-685.

FRANCIOSI, Gennaro, *Manuale di Storia del diritto romano*, 3ª ed., Napoli, Jovene, 2005.

FRANCHINI, Lorenzo, *Il diritto casistico: esperienza romana arcaica e 'common law'*, in *Diritto @ Storia* 10 (2011-2012), disponível eletronicamente em <http://www.dirittoestoria.it/10/Tradizione-Romana/Franchini-Esperienza-romana-arcaica-common-law.htm>.

GALLO, Filippo, *Princeps e ius praetorum*, in *Rivista di Diritto Romano* 1 (2001), pp. 01-19.

_____, *Sul potere normativo imperiale*, in *SDHI* 48 (1982), ora in *L'officium del pretore nella produzione e applicazione del diritto. Corso di diritto romano*, Torino, Giappichelli, 1997, pp. 179-220.

GARCIA, Genaro Chic, *Comercio e intercambio en la Hispania romana (Alto Imperio)*, in *Studia Historia. Historia Antigua* 17 (1999), pp. 243-262.

GARNSEY, Peter, *Aspects of the decline of the urban aristocracy in the empire*, in *Cities, peasants, and food in classical antiquity: essays in social and economic history*, Cambridge, University, 1998, pp. 3-27.

GAROFALO, Luigi, *L'humanitas nel pensiero della giurisprudenza classica*, in *Diritto @ Storia* 4 (2005), disponível eletronicamente em: <http://www.dirittoestoria.it/4/Tradizione-Romana/Garofalo-Humanitas.htm>.

GAUDEMET, Jean, *L'empereur interprète du droit*, in *Études de Droit Romain, I, Sources et Theorie Générale du Droit*, Napoli, Jovene, 1979, pp. 373-409.

_____, *Les institutions de l'antiquité*, 7^a ed., Paris, Montchrestien, 2002.

_____, *Utilitas publica*, in *Études de Droit Romain, II, Institutions et doctrines politiques*, Napoli, Jovene, 1979, pp. 163-197.

GIORDANI, Mario Curtis, *Direito Penal Romano*, 3^a ed., Rio de Janeiro, Lumen Juris, 1997.

GORDON, William Morrison, *Translation and Interpretation*, in CAIRNS, John W., e ROBINSON, Olivia F., *Critical Studies in Ancient Law, Comparative Law and Legal History*, Oxford, Hart, 2001, pp. 61-72.

GONZÁLEZ, Ana Maria Rodríguez, *Ambulatoria voluntas y voluntas evidens: la discutida herencia de Valerio Nepote*, in *Revista Internacional de Derecho Romano* 9 (2012), pp. 173-223.

GRANT, Micheal, *The Antonines. The Roman Empire in Trnaisition*, London-New York, Routledge, 1996.

GREENIDGE, Abel Hendy Jones, *Infamia: its place in Roman public and private law*, Oxford, Clarendon, 1894.

GRELLE, Francesco, *Cura (Diritto Romano)*, in *NNDI* 5 (1957), pp. 46-48.

GRIMAL, Pierre, *Marc Aurèle*, Paris, Fayard, 1991.

GUALANDI, Giovanni, *Legislazione imperiale e giurisprudenza, I-II*, Bologna, BUP, 2012.

GUARINO, Antonio, *Diritto Privato Romano*, 12^a ed., Napoli, Jovene, 2001.

_____, *Equità (Diritto Romano)*, in *NNDI* 6 (1957), pp. 619-624.

HADOT, Pierre, *La Citadelle intérieure. Introduction aux Pensées de Marc Aurèle*, Paris, Fayard, 1992.

HAENEL, Gustav, *Corpus legum ab imperatoribus Romanis ante Iustinianum latarum, quae extra constitutionum Codices supersunt*, Leipzig 1857.

HARKE, Jan Dirke, *Argumenta Iuventiana – Argumenta Salviana. Entscheidungsbegründungen bei Celsus und Julian*, Berlin, Duncker & Humboldt, 2012.

HART, Herbert Lionel Alphonso, *O Conceito de Direito*, 5^a ed.. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 2007.

HAUSMANINGER, Herbert, "Benevolent" and "Humane" opinions of classical roman jurists, in *Boston University Law Review* 61 (1981), pp. 1139-1156.

HONORÉ, Tony, *Emperors and Lawyers*, Oxford, Clarendon, 1981.

_____, *Legal reasoning in Rome and today*, in *South African Law Journal* 94 (1974), pp. 84-94.

HONSELL, Thomas, *Gemeinwohl und öffentliches Interesse im klassischen römischen Recht*, in *SZ* 95 (1978), pp. 93-137.

HORAK, Franz, *Dogmática e casuística no direito romano e nos direitos modernos*, in *Revista de direito civil, imobiliário, agrário e empresarial* 8. 28 (1984), pp. 82-90.

_____, *Rationes decidendi. Entscheidungsbegründungen bei den älteren römischen Juristen bis Labeo. I Band*, Innsbruck, Universität, 1969.

HUMBERT, Gustav, *Carcer*, in *DS* 1.2, pp. 916-919.

_____, *Cura annonae*, in *DS* 1.2, pp. 1613-1614.

HUMBERT, Gustav, e LÉCRIVAIN, Charles, *Infamia*, in *DS* 3.1, pp. 483-485.

IGLESIAS, Juan, *Derecho Romano*, 18ª ed., 2010, trad. port. de C. M. AVENA, *Direito Romano*, São Paulo, RT, 2011.

JÖRS, Paul, *Römische Rechtswissenschaft zur Zeit der Republik, Erster Teil: Bis auf die Catonen*, Berlin, Franz Vahlen, 1888.

KARLOWA, Otto, *Römische Rechtsgeschichte. Erster Band. Staatsrecht und Rechtsquellen*, Leipzig, Von Veit & Comp., 1885.

KASER, Max, *Zur Methode der römischen Rechtsfindungen*, 1962, trad. esp. de J. MIQUEL, *En torno al método de los juristas romanos*, Colonia del Carmen, Coyoacan, 2013.

KASER, Max, e HACKL, Karl, *Das Römische Zivilprozessrecht*, München, C. H. Beck, 1996.

KELSEN, Hans, *Teoria pura do direito*, 7ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2006.

KISCHEL, Uwe *Die Begründung. Zur Erläuterung staatlicher Entscheidungen gegenüber dem Bürger*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2003.

KRÜGER, Paul, *Geschichte der Quellen und Litteratur des römischen Rechts*, 1888, trad. fr. de M. BRISSAUD, *Histoire des Sources du Droit Romain*, Paris, Thorin & Fils, 1894.

_____, *Corpus Iuris Civilis. Volumen Secundum. Codex Iustinianus*, Berlin, Weidmann, 1906.

KUNKEL, Wolfgang, *Römische Rechtsgeschichte*, 1964, trad. esp. de J. MIQUEL, *Historia del derecho romano*, Barcelona, Ariel, 1970.

KUPISCH, Berthold, *Ulpian D.17.1.6.7: Kaiserliche Hüter einer anwaltlichen Standesethik*, in *Festschrift für Otto Sandrock zum 70. Geburtstag*, Heidelberg 2000, pp. 559-580.

LACOUR-GAYET, Georges, *Curator civitatis*, in *DS*, 1.2, p. 1619-1621.

LABATUT, Edmond, *La municipalité romaine et les curatores reipublicae*, Paris, Ernest Thorin, 1868.

LENEL, Otto, *Palingenesia Iuris Civilis vol. 1*, Leipzig, Bernhard Tauchnitz, 1889.

LEPTIEN, Ulrich, “*Utilitatis causa*”. *Zweckmässigkeitsentscheidungen im römischen Recht*, in *SDHI* 35 (1969), pp. 51-72.

LIEBS, Detlef, *Reichskummerkasten. Die Arbeit der kaiserlichen Libellkanzlei*, in A. KOLB (Ed.), *Herrschaftsstrukturen und Herrschaftspraxis: Konzepte, Prinzipien und Strategien der Administration im römischen Kaiserreich; Akten der Tagung an der Universität Zürich 18. - 20. 10.2004*, Berlin, Akademie, 2006, pp. 137-152.

LO CASCIO, Elio, *The role of the state in the Roman economy – making use of the New Institutional Economics*, in P. F. BANG, M. Ikeguchi, H. G. ZICHE, *Ancient Economies, Modern Methodologies: Archaeology, Comparative History, Models and Institutions*, Bari, Edipuglia, 2006, pp. 215-234.

LOMBARDI, Luigi, *Saggio sul diritto giurisprudenziale*, Milano, Giuffrè, 1975.

LONGO, Giannetto, “*Utilitas Publica*”, in *LABEO* 18 (1971), pp. 7-71.

LUZZATTO, Giuseppe Ignazio, *Vectigalia*, in *NNDI* 20 (1957), pp. 587-589.

_____, *Vicesima hereditatum et manumissionum*, in *NNDI* 20 (1957), p. 809-810.

MADEIRA, Eliane Maria Agati, *A expressão “humanum est” como fundamento de proteção da parte contratualmente débil*, in *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo* 8 (2002), pp. 85-98.

_____, *A Lesão. Contribuições da Romanística*, São Paulo, Quartier Latin, 2010.

MADEIRA, Hécio Maciel França, *Digesto de Justiniano Liber primus – Introdução ao Direito Romano*, 4ªed., São Paulo, RT, 2009.

_____, *História da advocacia – origens da profissão de advogado no direito romano*, São Paulo, RT, 2002.

_____, *Nascituro e utilidade pública no Direito Romano*, in *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo* 3 (1997), pp. 73-78.

_____, *‘Qui in utero est’ – O Nascituro no Direito Romano Justinianeu: Fontes, Terminologia e Princípios*, Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2002.

MAGANZANI, Laretta, *Agri publici vectigalibus subiecti: organizzazione territoriale, regime giuridico*, in *Ivris Antiqui Historia. An international journal on ancient law* 3 (2011), pp. 165-180.

_____, *L’obligatio praediorum nella Tabula Alimentaria veleiate: profili tecnico-giuridici*, in *Atti del IV Convegno Internazionale di Studi Veleiati*, Bologna, Ante Quem, 2014, pp. 157-167.

MARCHI, Eduardo César Silveria Vita, *Da Concordata no Concurso de Credores. O precedente romano do “pactum ut minus solvatur”*, São Paulo, Quartier Latin, 2010.

MAROTTA, Valerio, *Multa de iure sanxit. Aspetti della politica del diritto di Antonino Pio*, Milano, Giuffrè, 1988.

MAROTTA, Valerio, e SPAGNUOLO VIGORITA, Tulio, *La legislazione imperiale. Forme e orientamenti*, in *Storia di Roma. Vol. II. 3. La cultura e l’Impero*, Torino, Einaudi 1992, pp. 85-152.

MARRONE, Matteo, *Contributo allo studio della motivazione della sentenza*, in *Mélanges en l’honneur de Carlo Augusto Cannata*, Bâle-Genève-Munich, 1999, pp. 53-65.

_____, *Su struttura delle sentenze, motivazione e «precedenti» nel processo privato romano*, in Aa.Vv., *Iuris vincula. Studi in onore di Mario Talamanca*, V, Napoli, Jovene, 2001, pp. 275-290.

MASI DORIA, Carla, *Rec. a A. G. Bustelo, Sobre la petición de la 'bonorum addictio libertatium conservandarum causa'. (A propósito de Ulpiano 60 ad ed.-D. 40,5,4,3-5) (Santiago de Compostela 1991)*, in SZ 112 (1995), pp. 621-624.

MASIELLO, Tommaso, *Libertà e vantaggio patrimoniale in un rescritto di Marco Aurelio*, in LABEO 21 (1975), pp. 10-22.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa, *O estoicismo imperial como momento da ideia de justiça: universalismo, liberdade e igualdade no discurso da Stoá em Roma*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009.

_____, *Diálogos e confluências entre o estoicismo e o Direito Romano Clássico*, in Revista Brasileira de Estudos Políticos 98 (2008), pp. 295-336.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa, NASCIMENTO, Pedro Savaget, *A inserção do estoicismo no Direito Romano Clássico: os rescritos do Imperador Marco Aurélio sobre Direito de Família e direito à liberdade*, in Phronesis (FEAD-Minas) 6 (2010), p. 25-45.

MCLYNN, Frank, *Marcus Aurelius. A Life*, Cambridge, De Capo, 2009.

MEIRA, Silvio, *Direito Tributário Romano*, São Paulo, RT, 1978.

MENTXAKA, Rosa, *Los requisitos para acceder a las magistraturas locales con base en los escritos de los juristas clásicos*, in Veleia 28 (2011), pp. 9-67.

MESSANA, Maria Angela, *Riflessioni storico-comparative in tema di carcerazione preventiva : (a proposito di D.48,19,8,9 - Ulp. 9 De off. Proc.)*, in AUPA 42 (1991), pp. 65-208.

MILLAR, Fergus, *The emperor in the roman world*, 2^a ed., London, Duckworth, 2001.

MOMMSEN, Theodor, *Römisches Strafrecht*, 1899, trad. fr. de J. DUQUESNE, *Le Droit Pénal Romain II*, Paris, Albert Fontemoing, 1907.

_____, *Römisches Strafrecht*, 1899, trad. fr. de J. DUQUESNE, *Le Droit Pénal Romain III*, Paris, Albert Fontemoing, 1907

_____, *Römisches Staatsrecht*, 1887-1888, trad. fr. de P. F. GIRARD, *Le Droit Public Romain II*, Paris, Thorin, 1892.

_____, *Römisches Staatsrecht*, 1887-1888, trad. fr. de P. F. GIRARD, *Le Droit Public Romain V*, Paris, Thorin, 1896.

_____, *Gordians Decret von Skaptoparene*, in *SZ* 12 (1892), pp. 244-267.

MOMMSEN, Theodor, e KRÜGER, Paul, *Digesta Iustiniani Augusti*, vol. II, Berlin, Weimann, 1870.

MOREIRA ALVES, José Carlos, *Direito Romano*, vol. I, 10^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 1996.

_____, *Direito Romano*, vol. II, 6^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 2000.

MOURGUES, Jean-Louis, *Les formules “rescripti”, “recognovi”, et les étapes de la rédaction des souscriptions impériales sous le Haut-Empire romain*, in *MEFRA* 107 (1995), pp. 255-300.

MUÑOZ, Alberto Alonso, *Transformações na Teoria Geral do Direito*, São Paulo, Quartier Latin, 2008.

NAVARRA, Marialuisa, *Ricerche sulla utilitas nel pensiero dei giuristi romani*, Torino, Giappichelli, 2002.

NICOLETTI, Adele, *Constitutiones Principum*, in *NNDI* 4 (1957), p.295-296.

NÖRR, Dieter, *Zur Reskriptenpraxis in der hohen Prinzipatzeit*, in *SZ* 89 (1981), pp. 1-46.

NOYEN, Paul, *De wetgeving en het staatsbestuur van Marcus Aurelius*, Tese (Doutorado) - Universidade de Ghent, Ghent, 1954 (1979).

_____, *Divus Marcus, princeps prudentissimus et iuris religiossimus*, in *RIDA* 1 (1954), pp. 349-371.

_____, *Marc-Aurèle et le problème de l'irresponsabilité*, in *La Nouvelle Clio* IV (1954), pp. 278-282.

_____, *Marcus Aurelius, the Greatest Practician of Stoicism*, in *L' Antiquite classique* 24 (1955), pp. 372-383.

OLIVER, James Henry, *Greek Constitutions of Early Roman Emperors from Inscriptions and Papyri*, Philadelphia, 1989.

ORESTANO, Riccardo, *Alimenta*, in *NDI* 1, pp. 327-328.

_____, *Il potere normativo degli imperatori e le costituzioni imperiali. Contributo alla teoria delle fonti del diritto nel periodo romano classico. Nota prima*, in *Scritti*, vol. I, Napoli, Jovene, 1998, pp.

_____, *L'Appello Civile in Diritto Romano. Corso di Diritto Romano, Ristampa Stereotipa della Seconda Edizione*, Torino, Giappichelli, 1953.

ORMANNI, Angelo, *Curia, Curiali*, in *NNDI* 5 (1957), pp. 56-68.

PALAZZOLO, Nicola, *Potere imperiale ed organi giurisdizionali nel II secolo d.c. L'efficacia processuale dei rescritti imperiali da Adriano ai Severi*, Milano, Giuffrè, 1974.

_____, *Processo civile e politica giudiziaria nel principato. Lezioni di diritto romano. 2ª ed.*, Torino, Giappichelli, 1991.

PARICIO, Javier, *Los juristas y el poder político en la antigua Roma*, 2ª ed., Granada, Comares, 1999

PAVIS D'ESCURAC, Henriette, *La préfecture de l'annone, service administratif impérial d'Auguste à Constantin*, Rome, École Française de Rome, 1976.

PERELMAN, Chaïm, e L. OLBRECHTS TYTECA, Lucie, *Tratado da argumentação. A nova retórica*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2005.

PIGANIOL, André, *Les empereurs parlent aux esclaves*, in *Romanitas* 1.1. (1958), pp. 7-18.

PILATI, José Isaac, *Digesto de Justiniano. Livro Segundo: Jurisdição*, Florianópolis, UFSC, 2013.

PINHEIRO, Claudia Travi Pitta, *Motivação dos Atos Administrativos*, Dissertação – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

POHLENZ, Max, *Die Stoa. Geschichte einer geistigen Bewegung*, 1959, trad. it. de O. DE GREGORIO, *La Stoa. Storia di un movimento spirituale*, Milano, R.C.S., 2005.

PÓLAY, Elemer, *Privatrechtliche Denkweise der römischen Juristen*, Szeged, 1979.

POLLERA, Attilio, “*Annonnam adtemptare et vexare vel maxime dardanarii solent*”. *D. 47.11.16: note sulla repressione dei crimine annonari*, in *INDEX* 19 (1991), pp. 405-431.

PUGLIESE, Giovanni, *Istituzioni di diritto romano*, 2ª ed., Torino, Giappichelli, 1990.

PRINGSHEIM, Fritz, *The Legal Policy and Refoms of Hadrian*, in *The Journal of Roman Studies* 24 (1934), pp. 141-153.

PROVERA, Giuseppe, *Contributo allo studio del iusiurandum in litem*, Torino, Giappichelli, 1953.

PULITANÒ, Francesca, “*Adoptione cognati facti*”. *Um rescritto dei “Divi Fratres” in tema di “Collatio Bonorum”*, in *Rivista di Diritto Romano* IV (2004), disponível eletronicamente em <http://www.ledonline.it/rivistadirittoromano/allegati/dirittoromano04pulitano.pdf>.

_____, «*Bonorum possessio dimidiaie partis*» e «*accusatio capitis*» in *una costituzione dei «divi fratres»*, in *Rivista di Diritto Romano* III (2003), disponível eletronicamente em <http://www.ledonline.it/rivistadirittoromano/allegati/dirittoromano03pulitano.pdf>.

PURPURA, Gianfranco, *Brevi riflessioni sull'humanitas*, in *AUPA* 53 (2009), pp. 287-298.

_____, *I papiri e le costituzioni imperiali in Egitto*, disponível em <http://www.archaeogate.org/iura/article/1379/1/i-papiri-e-le-costituzioni-imperialiin-egitto-di-gianf.html>.

RAGGI, Luigi, *Il metodo della giurisprudenza romana*, Torino, Giappichelli, 2007.

RENAN, Ernest, *Marc-Aurèle et la fin du monde antique*, Paris, Calmann Lévy, 1882.

REIS, Mayara Lima, *O fenômeno da disseminação polissêmica na humanitas romana*, in P. R. SOLA (ed.), *Fundamenta Iuris. Terminologia, Principios e Interpretatio*, Almeria, Universidad de Almeria, 2012, pp. 91-100.

RIZZELLI, Giunio, *Il furor di Elio Prisco: Macer 2 iud. publ. D. 1.18.4*, in *Studi per Giovanni Nicosia*, VI, Milano, Giuffrè, 2007, pp. 495-530.

_____, *Immagini di padri augustei*, in *Legami familiari e diritto nel mondo romano. Atti del V incontro fra storici e giuristi. Lecce 26-27 febbraio 2015*, Lecce, Grifo, 2016, pp. 4-44.

RIZZI, Mariagrazia, *Imperator cognoscens decrevit. Profili e contenuti dell'attività giudiziaria imperiale in età clássica*, Milano, Giuffrè, 2012.

ROBINSON, Olivia, *Slaves and Criminal Law*, in *SZ* 98 (1981), pp. 213-254.

ROBLEDA, Olis, *La "humanitas" y el derecho*, in *Humanidades* VII, nº 13 (1955), pp. 9-34.

RODRIGUES, Dárcio Roberto Martins, *Das Regulae Iuris aos Brocardos Jurídicos*, in *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo* 13 (2007), pp. 77-94.

ROMANILLOS, José Antonio González, *El el ius occidendi en la lex iulia de adulteriis*, in *Iuris Antiqui Historia. An international journal on ancient law* 5 (2013), pp. 171-186.

ROSSIGNOL, Benoît, *La peste antonine: guerres et épidémie durant le règne de Marc Aurèle*,
disponível em

https://www.academia.edu/6334101/La_peste_antonine_guerres_et_%C3%A9pid%C3%A9mie_durant_le_r%C3%A8gne_de_Marc_Aur%C3%A8le, Acesso em 18/10/16.

RÜFNER, Thomas, *Die Geschäfte des Herrn Marius Paulus. Winkelzüge und Standesethik in D.17.1.6.7*, in *Festschrift für Rolf Knütel zum 70. Geburtstag*, Heidelberg 2009, pp. 987-1023.

SACCHI, Alessandro, *Curator civitatis o rei publicae*, in *NDI* 4 (1939), pp. 483-484.

SÁENZ, Alfonso Castro, *Cicerón y la jurisprudência romana: Un estudio de historia jurídica*, Valencia, Tirant lo Blanch, 2010.

SANTALUCIA, Bernardo, *Diritto sostanziale e forme processuali della 'cognitio'*, in M. TALAMANCA (dir.), *Lineamenti di Storia del Diritto Romano*, 2ª ed., Milano, Giuffrè, 1989, pp. 463-470.

SARGENTI, Manlio, *Considerazioni sul potere normativo imperiale*, in *Sodalitas. Scritti in onore di Antonio Guarino*, Vol. 6, Napoli, Jovene, 1984, pp. 2625-2676.

SCAPINI, Nevio, *Il problema della motivazione della sentenza nel diritto processuale romano*, in *Studi Parmensi* 33 (1983), pp. 233-257.

SCARLATA FAZIO, Mariano, *Principii vecchi e nuovi di diritto privato nell'attività giurisdizionale dei 'divi fratres'*, Catania, Crisafulli, 1939.

SCATOLIN, Adriano, *A invenção no Do orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad familiares I,9,23*, Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCEVOLA, Roberto, *'Utilitas publica'. I. Emersione nel pensiero greco e romano*, Padova, Cedam, 2012.

_____, *'Utilitas publica'. II. Elaborazione della giurisprudenza severiana*, Padova, Cedam, 2012.

SCHACHER, Quirin Gottfried, *Singularia M. Aurelii Antonini Philosophi jurisprudentiae capita*, Leipzig, 1732.

SCHULZ, Fritz, *Geschichte der römischen Rechtswissenschaft*, Weimar, Böhlau, 1961, trad. it. de G. NOCERA, *Storia della giurisprudenza romana*, Firenze, Sansoni, 1969.

_____, *Prinzipien des römischen Rechts*, München, Duncker & Hum, 1934, trad. it. de V. ARANGIO-RUIZ, *I principi del diritto romano*, Firenze, Sansoni, 1946.

SCIASCIA, Gaetano, *A prova da causa do erro no matrimônio e o casamento putativo*, in *Revista da FDUSP* 45 (1950), pp. 370-396.

_____, *A tortura na antiga Roma*, in *Varietà Giuridiche. Scritti brasiliani di Diritto Romano e Moderno*, Milano, Giuffrè, 1956, pp. 91-96.

_____, *Regras de Ulpiano – Ulpiani Liber Singularis Regularum*, Bauru, EDIPRO, 2002.

SEABRA FILHO, José Rodrigues, *Meditações ou Pensamentos para mim mesmo*, Belo Horizonte, Nova Acrópole, 2016.

SEIDL, Erwin, *War Begriffsjurisprudenz die Methode der Römer?*, in *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie* 43, 3 (1957), pp. 343-366.

SEGURADO E CAMPOS, J. A., *Cartas a Lucílio*, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1991.

SGARBI, Adrian, *Clássicos da Teoria do Direito*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

SIGNORINI, Roberto, “*Adsignare libertum*”. *Contributo agli studi sulla configurazione del diritto di patronato*, Tese (Doutorado) - Università degli Studi di Padova, Padova, 2008.

SOLIDORO MARUOTTI, Laura, *Tra morale e diritto. Gli itinerari dell'aequitas. Lezioni*, Torino, Giappichelli, 2013.

SORIA, Maria Concepción Giner, *Vidas de los sofistas*, Madrid, Gredos, 1999.

SPRUIT, Johannes Emil, *The Penal Conceptions of the Emperor Marcus Aurelius in Respect of Lunatics. Reflections on D. 1,18,14*, in *International Journal of Law and Psychiatry* 21.4 (1998), pp. 315-333.

STANTON, Gregory Reginald, *Marcus Aurelius, Emperor and Philosopher*, in *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte* 18.5 (1969), pp. 570-587.

STEINWASCHER NETO, Helmut, *A procriação e o interesse da res publica: uma análise das leis matrimoniais de Augusto*, Dissertação, Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2012.

_____, *A proteção pretoriana ao nascituro no direito romano*, São Paulo, Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2016.

STEINWENTER, Artur, *Utilitas publica, utilitas singulorum*, in *Festschrift Paul Koschaker I*, Weimar, Böhlau, 1939, pp. 84-102.

TALAMANCA, Mario, *Elementi di diritto privato romano*, 2ª ed. agg. a cura di L. CAPOGROSSI COLOGNESI e G. FINAZZI, Milano Giuffrè, 2013.

_____, *Istituzioni di Diritto Romano*, Milano, Giuffrè, 1990.

_____, *L'aequitas nelle costituzioni imperiali del periodo epiclassico*, in G. SANTUCCI (a cura di), *"Aequitas". Giornate in memoria di Paolo Silli. Atti del Covengno. Trento, 11 e 12 aprile 2002*, Padova, CEDAM, 2006, pp. 53-273.

_____, *L'attività normativa del princeps. Edicta e madata*, in M. TALAMANCA (dir.), *Lineamenti di Storia del Diritto Romano*, 2ª ed., Milano, Giuffrè, 1989, pp. 409-417.

_____, *Le costituzioni imperiali nel sistema normativo del principato. Il ius extraordinarium e la cognitio extra ordinem*, in M. TALAMANCA (dir.), *Lineamenti di Storia del Diritto Romano*, 2ª ed., Milano, Giuffrè, 1989, pp. 423-435.

_____, *Rescripta, epistulae, decreta*, in M. TALAMANCA (dir.), *Lineamenti di Storia del Diritto Romano*, 2ª ed., Milano, Giuffrè, 1989, pp. 417-423.

TARUFFO, Michele, *La motivazione della sentenza civile*, Padova, Cedam, 1975, trad. port. de D. MITIDERO, R. ABREU e V. D. P. RAMOS, *A motivação da sentença civil*, São Paulo, Marcial Pons, 2015.

TEIXEIRA, Cláudia A., BRANDÃO, José Luís, e RODRIGUES, Nuno S., *História Augusta. Volume I*, São Paulo-Coimbra, Annablume-IUC, 2012.

THEDENAT, Henri, *Ergastulum*, in *DS* 2.1, pp. 810-811.

TRISCIUOGGIO, Andrea, *Actividad bancaria de las ciudades en la época clásica (siglos I-III d.C.)*, in *RIDROM* 14 (2015), pp. 80-110.

_____, *Societas publicanorum e aspetti della responsabilità esterna*, in *Diritto @ Storia* 11 (2013), disponível eletronicamente em <http://www.dirittoestoria.it/11/memorie/Trisciuoglio-Societas-publicanorum-responsabilita-esterna.htm>.

TUCCI, Rogério Lauria, *Fundamentação (Direito Processual)*, in *Enciclopédia Saraiva do Direito* 39, pp. 144-147.

_____, *Motivação (Direito Processual)*, in *Enciclopédia Saraiva do Direito* 53, pp. 306-307.

TURPIN, William, *Adnotatio and imperial rescript in roman legal procedure*, in *RIDA* 35 (1998), pp. 285-307.

VACCA, Letizia, *La giurisprudenza nel sistema delle fonti di diritto romano*, Torino, Giappichelli, 1989

_____, *Metodo casistico e sistema prudenziale. Ricerche*, Padova, CEDAM, 2006.

VAN ACKEREN, Marcel (ed.), *A Companion to Marcus Aurelius*, Oxford, Wiley-Blackwell, 2012.

VAN ACKEREN, Marcel, e OPSOMER, Jan (orgs.), *Selbstbetrachtungen und Selbstdarstellungen. Der Philosoph und Kaiser Marc Aurel im interdisziplinären Licht*, Wiesbaden, Reichert, 2012.

VARVARO, Mario, *Note sugli archivi imperiali nell'età del principato*, in *AUPA* 51 (2006), disponível eletronicamente em <http://www1.unipa.it/dipstdir/pub/annali/2006/Varvaro%20-%20Note%20sugli....pdf>.

VEYNE, Paul, *Pão e circo: sociologia histórica de um pluralismo político*, São Paulo, Unesp, 2015.

VIGNALI, Giovanni, *Corpo del Diritto*, vol. IX, Napoli. A. Morelli, 1861.

VILLAR, Alfonso Murillo, *La motivación de la sentencia en el proceso civil romano*, in *Cuadernos de historia del derecho* 2 (1995), pp. 11-46.

VILLEY, Michel, *Logique d'Aristote et Droit Romain*, in *RH* 28 (1951), pp. 309-328.

VISKY, Károly, *Urteilsbegründung im römischen Zivilprozess*, in *RIDA* 18 (1971), pp. 735-759.

VOCI, Psquale, *Interpretazione del negozio giuridico (diritto romano)*, in *ED* 22 (1972), pp. 252-277.

VOLTERRA, Edoardo, *Il problema del testo delle costituzioni imperiali*, in *Scritti Giuridici VI. Le Fonti*, Napoli, Jovene, 1994, pp. 3-279.

_____, *Intorno a D. 23,2,57 a*, in *Scritti Giuridici II*, Napoli, Jovene, 1991, pp. 509-519.

VONGLIS, Bernard, *La Lettre et l'esprit de la loi dans la jurisprudence classique et la rhétorique*, Paris, Sirey, 1968.

WALDSTEIN, Wolfgang, *Entscheidungsgrundlagen der klassischen römischen Juristen*, in *ANRW II*, 15 (1976), pp. 3-100.

_____, *Konsequenz als Argument klassischer Juristen*, in *SZ* 92 (1975), pp. 26-68.

WATSON, Alan *Mandate and the Boundaries of roman contract*, in *BIDR* 94-95 (1991-1992), pp. 41-48.

WENGER, Leopold, *Die Quellen des Römischen Rechts*, Wien, Adolf Holzhausens, 1953.

WESEL, Uwe, *Rhetorische Statuslehre und Gesetzesauslegung der römischen Juristen*, Köln, Carl Heymann, 1967.

WESTENBERG, Johann Ortwin, *Divus Marcus seu Dissertationes ad Constitutiones Marci Aurelii Antonini*, Leiden, 1736.

WIEACKER, Franz, *Offene Wertungen bei den römischen Juristen*, in SZ 94 (1977), pp. 1-42.

_____, *Vom Römischen Recht*, 2^a ed, Stuttgart, K. F. Koehler, 1961.

_____, *Zur Rolle des Arguments in der römischen Jurisprudenz*, in D. MEDICUS e H. H. SEILER (eds.), *Festschrift für Max Kaser zum 70. Geburtstag*, München, Beck, 1976, pp. 3-27.

WIELING, Hans Josef, *Testamentsauslegung im römischen recht*, München, Beck, 1972.

WILCKEN, Ulrich, *Zu den Kaiserreskripten*, in *Hermes* 55 (1920), pp. 1-42.

WILLIAMS, Wynne, *and Slavery*, in *Bulletin of the Institute of Classical Studies. Supplement* 71 (1998), pp. 67-83.

_____, *The Libellus Procedure and the Severan Papyri*, in *JRS* 64 (1974), pp. 86-103.

ZAMORA MANZANO, Jose Luiz, *Crisis alimentaria y especulacion en el derecho romano: a proposito de la lex Iulia de annona*, in *Studia Prawnoustrojowe* 25 (2014), pp. 7-21.

_____, *Intervención y garantías a la libre concurrencia de los mercados en el derecho romano*, in *Revista General de Derecho Romano* 22 (2014), pp. 1-29.

ZIMMERMANN, Reinhard, *The Law of Obligations: Roman Foundations of the Civilian Tradition*, Oxford, University, 1996.

5. ÍNDICE DE AUTORES

ATIENZA	5	CUQ	93, 148, 149, 150
AGUDO RUIZ	113, 126	D'ORS	17, 19, 21, 26, 40, 42, 53, 91
ALEXY	5	DE BLOIS	10
ALVA	3	DE FRANCISCI	24, 26, 29, 49, 53
ANASTASIADIS	80	DE MADALENA	126, 127, 128
ANKUM	130, 183, 185, 187	DE MARTINO	27, 28, 47, 49, 50
ARANGIO-RUIZ	12, 17, 47, 49, 50, 52, 67	DE PASCALI	73, 158, 173, 175, 176, 179, 181, 182
ARCARIA	7, 17, 53, 54, 55, 75, 76, 86, 95, 96, 99, 100, 142, 153, 171, 172, 175, 192, 195	DE ROBERTIS	53
BARBOSA MOREIRA	3	DELI	126
BARRÓN	166	DOVERE	130, 146
BAUMAN	152	DUMÉRIL	7
BERGER	18, 58, 67, 68, 92, 115, 128, 133	ERDKAMP	168
BETTI	63	FERCIA	98, 99, 100
Birley	8	FINKENAUER	7, 108, 165, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 192, 193
BISCOTTI	3, 59, 60, 61, 67, 77	FRANCHINI	81, 82, 84
BLANCHE-NOUGUÉS	94, 103, 104	FRANCIOSI	29
BOULVERT	113	GALLO	13, 46, 48
BRADLEY	192	GARCIA	167, 168
BRETONE	19, 20, 44, 48, 50, 67, 86, 192, 193	GARNSEY	155, 157
BRUNT	9, 48, 186, 187, 188	GAROFALO	173
BUCKLAND	107, 130, 164, 165, 181, 185, 186, 188	GAUDEMET	17, 86, 146
BUND	5	GILIBERTI	169
CAMODECA	139, 140, 169	GIORDANI	196
CAMPOLUNGH	46	GIRARD	148
CANCELLI	158, 159	GONZÁLEZ	163
CANNATA	6, 13, 17, 19, 26, 59, 67, 94	GORDON	127
CARY	10	GRANT	8
CASSOLA	111	GREENIDGE	103
CASTELLO	122, 123	GRELLE	169
CENDERELLI	67	GRIMAL	8, 89
CERAMI	113, 153	GUALANDI	22, 26, 75, 79
COING	63	GUARINO	47, 59, 92, 93, 101, 141, 145, 165, 166, 185, 186
COMPARETTE	139, 169	HACKL	59, 213
CORAT	6, 17, 18, 19, 20, 26, 27, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 70, 72, 79, 82, 106	HADOT	9
CORREA	7	HAENEL	75
CORTASSA	9	HARKE	5
CRUZ E TUCCI	59, 60, 61, 209	HART	4, 5
		HAUSMANNINGER	163
		HONORÉ	6, 16, 18, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 38, 39, 42, 73

HONSELL	146, 160	MOURGUES	38
HORAK	5, 66, 67, 68, 77, 78, 81, 83	MUÑOZ	5
HUMBERT	105, 152	NASCIMENTO	7
IGLESIAS	92, 101, 149	NAVARRA	130, 131, 146, 160
JÖRS	63, 68	NICOLETTI	18
KARLOWA	38, 42	NÖRR	32, 37, 38, 39, 42, 43
KASER	5, 59, 63, 67, 68, 81, 83	NOYEN	7, 196
KELSEN	4, 5	OLBRECHTS TYTECA	85, 131
KISCHEL	60, 61, 62, 71, 213	OLIVER	80
KRÜGER	17, 18, 19, 23, 39, 42, 43, 44, 47, 48, 58, 63, 67, 72, 75, 86	OPSOMER	7
KUNKEL	26	ORESTANO	14, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 38, 39, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 57, 69, 93, 171.
KUPISCH	126	ORMANNI	155
LABATUT	139	PALAZZOLO	25, 26, 181
LABRUNA	111	PARICIO	67
LACOUR-GATET	139, 169	PAVIS D'ESCURAC	153
LÉCRIVAIN	87, 88, 105	PERELMAN	5, 85, 131
LENEL	66, 105	PIGANIOL	165
LEPTIEN	130	PINHEIRO	4
LIEBS	31, 33, 36, 39, 43	POHLENZ	9
LO CASCIO	168	PÓLAY	5
LOMBARDI	5, 83	POLLERA	152, 153
LONGO	146	PRINGSHEIM	26
LUZZATTO	160, 214	PROVERA	141, 142, 143
MACCORMICK	5	PUGLIESE	59
MADEIRA	109, 113, 125, 133, 134, 173, 175, 177, 178	PULITANÒ	136, 138
MAGANZANI	111, 112, 139, 140	PURPURA	74, 80, 173
MARCHI	177, 186, 187	RAGGI	5, 63, 67, 68, 83
MAROTTA	16, 18, 19, 21, 24, 25, 26, 30, 37, 42, 43, 44, 103, 104	REIS	173
MARRONE	59, 60, 77, 215	RENAN	8
MARTIN	19, 21, 26, 40, 42	RIZZELLI	119, 195, 196, 197
MASI DORIA	186	RIZZI	6, 49, 71, 166
MASIELLO	74, 185, 186, 187, 188, 189, 216	ROBINSON	88
MATOS	7	ROBLEDA	172
McLYNN	8	RODRIGUES	94
MEIRA	161, 162	ROMANILLOS	119
MENTXAKA	155	ROSSIGNOL	168
MESSANA	87	RÜFNER	127
MILLAR	16, 17, 20, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 42, 44	SACCHI	139
MOMMSEN	23, 24, 25, 38, 87, 88, 103, 116, 153, 171	SÁENZ	67
MOREIRA ALVES	92, 101, 162, 166, 185	SANTALUCIA	153
		SARGENTI	47
		SCAPINI	59, 60

SCARLATA FAZIO	7, 95, 97, 98, 99, 102, 106, 107, 117, 122, 133, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 159	
SCATOLIN	65	
SCEVOLA	146	
SCHACHER	7	
SCHMIDLIN	94	
SCHULZ	20, 63, 64, 65, 67, 103, 104, 172	
SCIASCIA	109, 122, 123	
SEGURADO E CAMPOS	66	
SEIDL	5, 63	
SIGNORINI	115, 116, 117	
SOLIDORO MARUOTTI	166	
SORIA	69	
SOURIS	80	
SPAGNUOLO VIGORITA	16, 18, 19, 21, 24, 25, 26, 30, 37, 42, 43, 44	
SPRUIT	196, 197	
STANTON	7	
STEINWASCHER NETO	119, 133, 134	
STEINWENTER	146	
TALAMANCA	6, 12, 17, 26, 31, 39, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 59, 92, 111, 115	
TARUFFO	3, 77	
THEDENAT	87, 88	
TRISCIUOGGIO	162, 169	
TURPIN	18	
VACCA	67, 81, 82, 84	
VAN ACKEREN	7, 8, 9, 206	
VARVARO	24, 31, 39, 42, 44	
VEYNE	72, 74	
VIEHWEG	5	
VILLAR	59, 60, 61, 62, 225	
VILLEY	63, 225	
VISKY	59, 61	
VOCI	163	
VOLTERRA	5, 72, 73, 122, 123, 207	
VONGLIS	114	
WALDSTEIN	5, 83	
WATSON	127	
WENGER	6, 63, 67	
WESEL	114	
WESTENBERG	7	
WIEACKER	5, 63	
WIELING	108, 145, 164, 165	
WILCKEN	18, 19, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 42	
WILLIAMS	19, 29, 31, 32, 33, 39, 40, 41, 42	
ZAMORA MANZANO	152, 167, 168	
ZIMMERMAN	125	

6. ÍNDICE DE FONTES

I) FONTES LITERÁRIAS

AMMIANUS MARCELINUS

Res Gestae

Amm. 23,6,81 104

AURELIUS VICTOR

Epitome de Caesaribus

Aur. Vict. Epit. 11 15

Aur. Vict. Epit. 12,5 15

CÍCERO

I. Epistulae

Ad Atticum

Cic. ad Att. 4,2,3 64

Cic. ad Att. 4,2,4 64

Ad familiares

Cic. ad fam. 7,10 65

Cic. ad fam. 7,17 65

Cic. ad fam. 13,11,1 139

Cic. ad fam. 13,7,1-2 139

II. Rhetorica

Brutus

Cic Brut. 197 68

De inventione

Cic. de inv. 2,49,144 103

De oratore

Cic. de orat. 1,56,240 65, 68

Cic. de orat. 3,33,133 20

Topica

Cic. Top. 14,56 67

Cic. Top. 17,66 67

Cic. Top. 2,9 165

III. Philosophica

De natura deorum

Cic. de nat. deor. 3,38,90 104

De officiis

Cic. De off. 2,12,42 165

De re publica

Cic. re pub. 5,3 20

DIO CASSIUS

Historiae Romanae

Dio Cass. 52,33 27, 28

Dio Cass. 52,33,5 27, 28

Dio Cass. 53,21,5 14

Dio Cass. 55,33,5 14

Dio Cass. 59,18 14

Dio Cass. 60,16 14

Dio Cass. 60,4 14

Dio Cass. 69,6,3 20

Dio Cass. 71(72),6,1 9

Dio Cass. 71(72),6,1-3 9

DIONYSIOS HALICARNASSENSIS		Med. 11,4	147
		Med. 12,12	124
<i>Antiquitates Romanae</i>			
Dion. Hal. 8,80,1	103	MARTIALIS	
Dion. Halic. 8,80,2-3	104	<i>Epigrammaton Libri</i>	
FRONTO		Mart. Epigr. 8,82 e 31	31
<i>Epistulae</i>			
Front. ep. ad M. Caes 1,6	51	PHILOSTRATUS	
Front. ep. Ad Ver. 1,1,1	34	<i>Vitae Sophistarum</i>	
		Phil. de Vit. Soph. 2,1,2	22
GELLIUS		Phil. de Vit. Soph. 2,33	69
<i>Noctes Atticae</i>			
Gell. 13,17	173	PLINIUS MINOR	
		<i>Epistulae</i>	
LIVIVS		Plin. Ep. 6,31,1	15
<i>Ab urbe condita</i>		Plin. Ep. 6,31,6	52
		Plin. Ep. 10,47	32
Liv. 27,25,8-9	64	Plin. Ep. 10,58-59	32
Liv. 45,18,4	162	Plin. Ep. 10,65,3	22
		Plin. Ep. 10,66	22, 52
		Plin. Ep. 10,81	32
		Plin. Ep. 10,83	32
MARCUS AURELIUS		Plin. Ep. 10,106	32
<i>Tà εἰς ἑαυτόν</i>		Plin. Ep. 10,107	40
		Plin. Ep. 10,112,3	51
Med. 3,6	182		
Med. 4,12	117, 146	<i>Panegyricus</i>	
Med. 5,36	182		
Med. 6,30	70	Plin. Pan. 65,1	70
Med. 6,41	182	Plin. Pan. 77	15
Med. 7,22	123	Plin. Pan. 80	15
Med. 7,26	123		
Med. 7,63	124		
Med. 8,16	117	RHETORICA AD HERENNIVM	
Med. 9,11	182		
Med. 9,12	146	Rhet. ad Her. 2,13,20	165
Med. 9,20	124		
Med. 10,4	124		
Med. 10,6	146		

SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE

Historia Augusta

SHA Hadr. 22,8	28
SHA Macr. 13,1	23, 52
SHA Marc. 3,6	9
SHA Marc. 8,10	31
SHA Marc. 10,10	9
SHA Marc. 11,10	10, 71, 117
SHA Marc. 11,2	150
SHA Marc. 12,5	150
SHA Marc. 20,5	117
SHA Marc. 22,3-4	71, 117
SHA Pesc. 7,4	28
SHA Ver. 8,8-9	9

SENECA MINOR

Apocolocyntosis

Sen. Apocol. 12,3	15
-------------------	----

Consolatio ad Polybium

Sen. Cons ad Polyb. 26	27
Sen. Cons. Ad Polyb 5,6	27
Sen. Cons. ad Polyb 7,2	70

De beneficiis

Sen. benef. 5,19,8	66
--------------------	----

De ira

Sen. De ira. 2,34,3	104
---------------------	-----

Epistulae

Sen. epist. 94,27	66
-------------------	----

STATIUS

Silvae

Stat. Silvae 5,76-107	27, 35
-----------------------	--------

SUETONIUS

Augustus

Suet. Aug. 33	13
Suet. Aug. 64	43
Suet. Aug. 67,3	27

Claudius

Suet Claud. 12	14
Suet. Claud. 14	14
Suet. Claud. 15	14
Suet. Claud. 37,1	31

Domitianus

Suet. Dom. 7,2	28
Suet. Dom. 8	15

Gaius

Suet. Gai 14	70
Suet. Gai. 34	21

Nero

Suet. Ner. 15	15
---------------	----

Tiberius

Suet. Tib. 33	14
---------------	----

TACITUS		<i>CIL</i> XI 5182	139
<i>Annales</i>		<i>Inscriptiones Latinae Selectae</i>	
Tac. Ann. 1,7,5	14	<i>ILS</i> 3703	36
Tac. Ann. 3,10	14		
Tac Ann. 12,6	122		
<i>Historiae</i>		<i>Notitia Dignitatum (occ.)</i>	
		Not. dign. 17 27, 28, 35	
Tac. Hist. 1,58	28		
VALERIUS MAXIMUS			
<i>Facta et dicta memorabilia</i>			
Val. Max. 1,1,8	64		
Val. Max 7,7,3	14		
Val. Max 7,7,4	14		
ZONARAS			
<i>Ἐπιτομὴ Ἱστοριῶν</i>			
Zonaras 2,20	22		
Zonaras 11,8	14		
Zonaras 11,9	27		

II. FONTES EPIGRÁFICAS

Corpus Inscriptionum Latinarum

<i>CIL</i> I ² , 1872	186
<i>CIL</i> III 14191	19
<i>CIL</i> III,12336	39
<i>CIL</i> IX 4078	186
<i>CIL</i> VI 8615	36
<i>CIL</i> VI 8616	36
<i>CIL</i> VI 8617	36
<i>CIL</i> VI, 4249	27
<i>CIL</i> VI, 5181	36
<i>CIL</i> VI, 798	28
<i>CIL</i> VI, 8596, 8613	27
<i>CIL</i> VI, 933	140

III. FONTES JURÍDICAS

A) FONTES PRÉ-JUSTINIANÉIAS

Gai Institutiones

Gai 1,2	44
Gai 1,13	87
Gai 1,59	122
Gai 1,62	122
Gai 1,67-75	122
Gai 1,94	18
Gai 1,144	101
Gai 1,146	101
Gai 1,184	142
Gai 2,11	109
Gai 2,186	163, 164
Gai 2,229	165
Gai 3,40,41	115
Gai 3,78	185
Gai 3,145	139
Gai 4,112	104

Epitome Ulpiani

UE 1,18	107
UE 5,6	122
UE 11,15	101
UE 22,7	163

Pauli Sententiae

PS 2,26,4	120
PS 2,26,7	120
PS 4,12,1	107
PS 4,12,5	87
PS 4,12,6-7	87
PS 5,4,22	88
PS 5,36,1-2	172

Vaticana Fragmenta

Vat. Fr. 125	75
Vat. Fr. 131	75

Vat. Fr. 149	75
Vat. Fr. 154	75, 76
Vat. Fr. 155	75
Vat. Fr. 168	75, 76
Vat. Fr. 185	75
Vat. Fr. 203	76
Vat. Fr. 205	76
Vat. Fr. 210	76
Vat. Fr. 221	76
Vat. Fr. 222	76
Vat. Fr. 233	22
Vat. Fr. 240	75
Vat. Fr. 244	75, 76
Vat. Fr. 245	75, 76
Vat. Fr. 247	75

Collatio

Coll. 4,11,1	110
Coll. 4,12,3	120
Coll. 4,12,6	120
Coll. 4,12,8	110
Coll. 4,2,6	119
Coll. 4,2,7	120
Coll. 4,3,1-6	120
Coll. 4,3,6	76
Coll. 4,9,1	119, 120
Coll. 6,4,5	122

Codex Theodosianus

C. Th. 1,2,1	57
C. Th. 1,2,2	56
C. Th. 1,2,11	56
C. Th. 4,14,1(2).	57
C. Th. 4,17,2	62
C. Th. 9,14,3	105

Fragmenta Augustodunensia

Fr. Aug. 31	53
-------------	----

B) FONTES JUSTINIANÉIAS*Institutiones*

Inst. 1,25,1	43, 76
Inst. 1,25,3	76
Inst. 1,25,6	75, 76
Inst. 1,25,10	75
Inst. 2,11,1	22
Inst. 2,12pr	18
Inst. 2,13,3	101
Inst. 2,15,4	14
Inst. 2,17,8	70
Inst. 2,19,4	91
Inst. 3,11,1	150, 183
Inst. 3,11,2	187
Inst. 3,11,6	187
Inst. 3,11,pr	76, 183, 186, 203
Inst. 4,12,1	104
Inst. 4,6,30	76

Digesta

D.1,1,1pr	165
D. 1,1,7pr	45
D. 1,2,2,11	12, 46
D. 1,2,2,12	45
D. 1,2,2,33	151
D. 1,2,2,35	67
D. 1,2,2,37	20
D. 1,2,2,38	67
D. 1,3,1	24
D. 1,3,32,1	48
D. 1,4,1pr	45, 46, 69
D. 1,4,1pr-1	45, 46
D. 1,4,1,1	18, 54
D. 1,4,1,2	24, 53
D. 1,5,7	134
D. 1,7,39	76
D. 1,8,1,1	109
D. 1,8,6,1	75, 78, 108, 110
D. 1,8,7	75
D. 1,18,13,1	197
D. 1,18,14	34, 76, 78, 79, 194
D. 1,18,8	37
D. 2,4,3	75, 176

D. 2,8,15,6	170
D. 2,11,2,3	176
D. 2,12,9	22
D. 2,14,10pr	76
D. 2,14,37	75
D. 2,14,46	43
D. 2,14,60	76
D. 2,14,8	76, 177
D. 2,15,10	96
D. 2,15,14	96
D. 2,15,3pr	75, 76, 78, 94, 99
D. 4,2,8	22
D. 4,3,1,2	129
D. 4,8,32,14	18, 34
D. 5,1,16	104
D. 5,1,36pr	75, 76, 78, 174, 179
D. 5,2,17,1	97
D. 5,2,18	98
D. 5,3,1 e 3	45
D. 5,3,7pr	22
D. 5,3,25,16	76
D. 6,2,12,4	45
D. 8,2,14	75
D. 8,3,17	75
D. 9,2,5,2	195
D. 11,1,11,8	166
D. 11,4,1,2	76
D. 11,7,14	76
D. 11,7,6,1	75
D. 12,1,35	170
D. 12,3,4pr	75, 78, 141, 201
D. 14,1,1,18	152
D. 14,5,8	152
D. 17,1,29,6	166
D. 17,1,6,7	75, 78, 125, 201
D. 17,1,8,8	75, 76
D. 18,1,42	75
D. 18,1,71	75
D. 18,7,10	43
D. 20,1,31	111
D. 20,1,3pr	111
D. 20,1,31pr-1	139
D. 20,5,12pr	28, 36
D. 22,1,17,7	178
D. 22,1,17pr	76
D. 22,1,32pr	18

D. 22,3,29pr	75, 76	D. 31,64	76, 145
D. 22,3,5	45	D. 31,67,10	76, 78, 79, 143, 201
D. 22,5,3,6	75, 76	D. 31,70pr	76
D. 23,2,14	21	D. 32,11,23	75, 159
D. 23,2,57a	75, 76, 78, 121, 200	D. 32,11,24	76
D. 23,3,9,3	76	D. 32,11,25	76, 159
D. 24,3,22,7	179	D. 32,39pr	145
D. 25,3,5,11	76	D. 33,8,2,17	140
D. 25,3,5,14	76	D. 34,1,3	18
D. 25,3,5,9	76	D. 34,1,11	93
D. 25,4,1,10-15	133	D. 34,3,28,7	180
D. 25,4,1,13	134	D. 34,5,24	164
D. 25,4,1pr	75, 76, 78, 131, 201	D. 35,1,77,3	149, 150
D. 26,2,2	75, 101	D. 35,2,25,1	93
D. 26,5,12,1	75	D. 35,3,1	92
D. 26,5,24	75, 76	D. 35,3,3,4	75, 76, 78, 91
D. 26,5,28	62	D. 36,1,11,2	53
D. 26,5,29	76	D. 36,1,13pr	53
D. 26,7,12	22, 24	D. 36,1,18	149
D. 26,7,33,1	76	D. 36,1,31,5	22, 24
D. 27,1,7	75	D. 36,1,56(54)	166
D. 27,1,14,2	76	D. 36,3,1pr	148
D. 27,1,15,2	76	D. 36,3,1,15	148
D. 27,1,17,4	76	D. 36,3,5,1	76
D. 27,1,17,6	22, 24	D. 36,3,12	149, 150
D. 27,1,26	76	D. 37,6,1,14	75
D. 27,8,1,2	76	D. 37,6,5pr	75, 76, 78, 135, 201
D. 27,10,16pr	76	D. 37,7,9	76
D. 27,10,6	195	D. 37,8,3	76
D. 28,1,20,9	76, 78, 79, 129, 200	D. 37,8,4	76, 136
D. 28,1,21,3	130	D. 37,9,1,15	134
D. 28,2,19	67	D. 37,14,10	115, 117
D. 28,4,3	10, 150, 174	D. 37,14,17pr	10, 37, 75, 76, 78, 115, 200
D. 28,5,1pr	22, 24	D. 37,14,7pr	15
D. 28,5,42	14	D. 38,2,14pr	116
D. 28,5,52(51)pr	76	D. 38,2,16,4	75
D. 28,5,52pr	164	D. 38,2,3,9	115
D. 29,1,3	76	D. 38,6,6	135
D. 29,1,24	22	D. 38,16,1,1	75
D. 29,1,28	75, 78, 101	D. 39,4,7pr	75, 78, 110
D. 29,2,12	43, 76	D. 39,4,7,1	75
D. 29,5,2	76	D. 39,4,16,6	76
D. 30,112pr	76	D. 39,4,16,8	75
D. 30,41,7	75	D. 39,4,16,10	75, 124
D. 30,96,1	185	D. 40,1,3	91
D. 31,53pr	166	D. 40,1,4pr	75, 76

D. 40,1,5 pr	75	D. 48,5,39(38),1	122
D. 40,1,20	76	D. 48,5,39(38),4	122, 124
D. 40,4,26	75, 78, 189	D. 48,5,39(38),5	75, 124
D. 40,4,56	76	D. 48,5,39(38),6	75, 76, 124
D. 40,5,12pr	76	D. 48,5,39(38),8	76, 121
D. 40,5,2	183	D. 48,5,39(38),10	21
D. 40,5,30,13	75	D. 48,6,6	19
D. 40,5,30,16	76	D. 48,8,12	195
D. 40,5,30,3	75, 78	D. 48,9,1	195
D. 40,5,31,1	75, 78, 106	D. 48,9,9pr	195
D. 40,5,31,4	76	D. 48,9,9,2	75, 78, 79, 196
D. 40,5,37	76, 78, 129, 172, 179, 180, 183, 189	D. 48,10,7	76, 78, 79, 190
D. 40,5,4,16	183	D. 48,10,11	75
D. 40,5,4,17	185	D. 48,10,31	173
D. 40,5,4,20	188	D. 48,12,3pr	75, 76, 78, 166, 202
D. 40,5,51pr	185	D. 48,12,3,1	75, 76, 78, 147, 151, 153, 201
D. 40,7,34,1	76, 180	D. 48,15,6pr	52
D. 40,8,1	76	D. 48,16,18,1	75
D. 40,8,3	76	D. 48,16,18,2	75
D. 40,9,11,1	75	D. 48,16,18pr	75
D. 40,9,17,2	91	D. 48,17,5,2	22, 24
D. 40,9,27,1	91	D. 48,18,1,3	75
D. 40,9,4	91	D. 48,18,1,4	75
D. 40,12,27pr	75, 76, 131	D. 48,18,1,6	75
D. 42,1,33	18, 34	D. 48,18,1,7	110
D. 42,1,35	75, 147	D. 48,18,1,8	109
D. 42,5,30	75	D. 48,18,1,9	109
D. 42,7,4	75	D. 48,18,1,11	22
D. 43,30,1,3	76	D. 48,18,1,13	109
D. 44,4,4,32	166	D. 48,18,1,14	75, 109
D. 47,4,1,7	76, 180	D. 48,18,1,15	109
D. 47,9,4,1	76	D. 48,18,1,18	109
D. 47,10,45	88	D. 48,18,1,19	22
D. 47,12,3,4	76	D. 48,18,1,21	22
D. 47,18,1pr	75	D. 48,18,1,27	75, 76, 78, 191, 203
D. 47,22,1,2	75	D. 48,18,3	109
D. 48,2,5	76	D. 48,18,10,1	110
D. 48,2,13	151	D. 48,18,10,2	109
D. 48,2,19pr	75	D. 48,18,16pr	75
D. 48,4,7,2	110	D. 48,18,17,2	109
D. 48,5,23(22),4	120	D. 48,18,17,3	109
D. 48,5,24(23)	120	D. 48,18,18,5	109
D. 48,5,25pr	120	D. 48,18,18,6	109
D. 48,5,28,6	110	D. 48,18,18,8	109
D. 48,5,33(32)pr	76, 78, 79, 118	D. 48,18,20	62

D. 48,19,5pr	22	D. 50,1,38,2	75
D. 48,19,8,1	75	D. 50,1,38,3	75
D. 48,19,8,9	87	D. 50,1,38,4	75
D. 48,19,10pr	88	D. 50,1,38,5	75
D. 48,19,8,13	88	D. 50,1,38,6	75
D. 48,19,26	75, 78, 102	D. 50,2,3,2	75, 78, 147, 155, 201
D. 48,19,27pr	75	D. 50,2,2,7	106
D. 48,19,30	76	D. 50,2,13pr	75
D. 48,19,33	75, 78, 86, 90	D. 50,2,13,1	75
D. 48,19,37	153	D. 50,2,13,2	75, 106
D. 48,20,1,3	75	D. 50,2,13,3	75
D. 48,22,1	22	D. 50,4,3,9	106
D. 48,22,6,2	75	D. 50,4,6,1	75
D. 48,22,7,10	75	D. 50,4,6pr	75, 78, 147, 154, 156, 201
D. 48,22,7,18	75	D. 50,4,11	75, 76, 157
D. 49,1,1,3	75, 76, 124	D. 50,4,11,1	76
D. 49,1,8	75	D. 50,4,11,2	75
D. 49,1,14,1	75, 76, 78, 96	D. 50,4,14,2	111
D. 49,1,14pr	99	D. 50,6,6,10	75, 78, 79, 147, 161, 201
D. 49,1,21,pr	75	D. 50,6,6,3	154
D. 49,1,21,1	75	D. 50,6,6,5	154
D. 49,1,21,2	75	D. 50,6,6,6	75, 76, 154
D. 49,1,21,3	75, 78, 170, 202	D. 50,7,5,3	75
D. 49,5,4	33	D. 50,8,2,1	140
D. 49,5,6	62, 71	D. 50,8,5pr	170
D. 49,9,1	75, 76	D. 50,8,7pr	167
D. 49,11,1	75	D. 50,8,11pr	75, 178
D. 49,14,1,1	185	D. 50,8,11,1	75
D. 49,14,2,2	75	D. 50,8,11,2	75, 78, 79, 138, 139, 169
D. 49,14,3,5	75, 78, 112	201	
D. 49,14,7	76	D. 50,8,12pr	75
D. 49,14,13,6	75	D. 50,8,12,1	75
D. 49,14,13,10	75, 124	D. 50,8,12,2	75
D. 49,14,18,2	75	D. 50,8,12,3	75
D. 49,14,23	75	D. 50,8,12,4	75, 169
D. 49,14,32	75	D. 50,8,12,5	75
D. 49,16,4pr	22	D. 50,8,12,6	75, 78, 79, 169, 202
D. 49,16,4,5	22	D. 50,8,13	75, 178
D. 50,1,8	75, 167	D. 50,10,5,1	140
D. 50,1,21,1	178	D. 50,10,6	76
D. 50,1,24	75, 76, 78, 177, 178, 179, 203	D. 50,12,8	75, 76, 158
D. 50,1,36,1	170	D. 50,12,13pr	75, 158
D. 50,1,37,2	75	D. 50,12,13,1	75, 78, 79, 147, 159
D. 50,1,38pr	75	D. 50,13,1,9	75
D. 50,1,38,1	75	D. 50,13,5,1	105
		D. 50,16,16	111

D. 50,16,220,2	76	C. 9,49,1	88
D. 50,17,1	94	C. 10,33,1	155
D. 50,17,96	144	C. 11,39,1	178

*Codex**Novellae*

C. 1,14,12pr	56	Nov. 113,1	56
C. 1,14,2	19, 56		
C. 1,51,2	34		
C. 2,4,26	96		
C. 2,12(13),2	75		
C. 3,31,1	76		
C. 4,57,1	76		
C. 4,57,2	76		
C. 4,57,3	76		
C. 5,25,2	75		
C. 5,25,3	75		
C. 6,23,3	70		
C. 6,27,1(2)	91		
C. 6,27,2	76, 78, 163, 201		
C. 6,54,2	76, 78, 147, 148, 150, 201		
C. 6,54,7	148		
C. 7,2,6	186		
C. 7,12,1	75, 88		
C. 7,12pr-1	78, 87, 91		
C. 7,43,1	18		
C. 7,44,2	62		
C. 7,45,13	56		
C. 7,61	19		
C. 7,62	19, 62		
C. 7,62,1	62		
C. 7,62,19	62		
C. 7,62,34	19		
C. 7,7,1	107		
C. 8,10,1	75		
C. 8,40,18	33		
C. 8,46(47),1	75		
C. 9,9,3	110		
C. 9,18,1	76		
C. 9,41,1	110		
C. 9,41,7	109		
C. 9,47,10	88		
C. 9,47,13	88		
C. 9,47,22	105		
C. 9,47,6	87, 88		